

## TRABALHO

### **A transformação do trabalho: gênese da sociedade do conhecimento**

O enunciado de abertura indica que a discussão a seguir está restrita à compreensão da natureza de certas transformações e seus efeitos, excluindo desde início qualquer questionamento a respeito da existência dessa transformação e de sua relevância. Ou seja, a transformação dos processos de trabalho é dada como certa e relevante. Dessa forma, neste primeiro capítulo está em evidência a natureza da transformação e seus efeitos sobre outros processos econômicos, políticos e sociais identificados como parte do quadro, ou o cenário, dentro do qual convivem os elementos integrantes da pergunta que orienta o plano de estudo. Pergunta-se então se a transformação do trabalho em questão é constitutiva de uma sociedade qualitativamente modificada e se, além disso, é de tal natureza que cria problemas para a compreensão dos processos de produção de riqueza e de recursos de poder na economia política internacional, desafiando, assim, as estruturas analíticas e as teorias usadas para explicar esses processos.

Antes de tudo, valer observar que falar sobre produção de riqueza e os problemas relacionados com estruturas analíticas usadas nas explicações a este respeito implica em uma discussão a respeito da teoria do valor e a ruptura que a transformação em questão determina para o sistema conceitual e a teoria que vêm sendo utilizados, sob as perspectivas mais variadas, para explicar a conexão existente entre a atividade produtiva e a acumulação de riqueza. Este será o tema do capítulo seguinte. Nesse primeiro capítulo serão analisados, em três seções, os fatores elementares do processo de trabalho e da estrutura interna do modo de produção como categorias gerais adotadas na análise da transformação a ser demonstrada; a relevância da mudança qualitativa da sociedade decorrente da transformação dos processos de trabalho provocada pelas inovações tecnológicas e da redefinição do seu conteúdo, de suas finalidades e de sua forma de organização; o trabalho imaterial – entendido a partir de um conceito complexo a

ser então definido – como produtor de uma nova dinâmica da combinação dos fatores elementares do processo de trabalho com a estrutura interna da produção e as finalidades redefinidas da produção social e como fator determinante de um novo estágio produtivo da sociedade.

### **1. Fatores elementares do processo de trabalho**

Diante do cenário que se desenhou inicialmente e a fim de responder a pergunta apresentada, do ponto de vista metodológico opta-se por entender as forças produtivas como fonte geradora das transformações da tecnologia e dos instrumentos de produção e, conseqüentemente, dos processos de trabalho, que, por sua vez, produzem também mudanças sociais em sentido amplo. Independentemente de qual seja a configuração da estrutura interna do modo de produção específico, isto é, da maneira como o capital se relaciona com o trabalho e com o regime de propriedade em cada época ou lugar, aqui se coloca a dinâmica criada pela relação entre a atividade humana e seu objeto – a natureza, mediada pelos instrumentos de trabalho (incluindo-se aí a tecnologia, o conhecimento, o saber geral acumulado), como determinante para as transformações mais amplas e profundas no sistema internacional e na sociedade, ou na humanidade inteira. O processo de trabalho, ou a dinâmica da relação dos três elementos mencionados, se modifica em cada um dos estágios produtivos (agrícola, industrial e pós-industrial), assim como as próprias finalidades do trabalho em cada época. No mesmo sentido, diz-se que há mudança na divisão do trabalho na passagem da sociedade agrícola para a sociedade industrial e desta última para a sociedade do conhecimento. Nesse processo de mudança, no que diz respeito às finalidades, o trabalho deixa de ser um fim em si mesmo, como no período da pequena manufatura, ou no estágio agrícola, e como sempre foi no que diz respeito à criação artística e outro tipo de trabalho intelectual, e se transforma em trabalho assalariado, um meio para se obter os recursos básicos de sobrevivência, para finalmente voltar na sociedade do conhecimento, em alguns aspectos, a ser um fim em si mesmo, um objetivo a ser alcançado, deixando, assim, de existir a separação entre trabalho e realização pessoal, dedicando-se cada indivíduo por inteiro ao desenho do seu futuro que pode ser vivido agora, à produção da vida e de novas subjetividades.

Marx trata especialmente da passagem do trabalho como um fim em si mesmo para o trabalho mercadoria, força produtiva vendida em troca de salário, capital variável empenhado antecipadamente no modo de produção capitalista industrial, sendo certo que a compreensão dessa passagem do ponto de vista do papel da atividade humana no processo de trabalho e na produção social é elemento estrutural da sua crítica à economia política burguesa. No entanto, apesar de ser historicamente determinada, a teoria marxista assume que a natureza e os efeitos da transformação dos processos de trabalho não se explicam simplesmente pela evolução natural e inevitável do modo de produção capitalista. Assim, entende-se que o caráter da atividade humana que se une aos outros elementos do processo de trabalho não se modifica obrigatoriamente, nem exclusivamente, como função de mudanças na configuração da estrutura interna de produção, isto é, da conexão que se estabelece em cada tempo e em cada lugar entre capital, trabalho e propriedade, com o apoio de uma superestrutura de idéias e leis. No entanto, o fato da atividade humana no processo produtivo não ser meramente uma função da estrutura interna do modo de produção capitalista não significa que pode ser entendida como fixa, ao contrário, o caráter dinâmico da atividade humana na produção social, especialmente no que diz respeito à sua conexão com o estado da arte e da técnica, corresponde a uma força contínua de transformação dos processos de trabalho e muitas vezes essa força não depende de mudanças na estrutura do modo de produção e na superestrutura de normas e regras para se movimentar. Movimenta-se com a própria força do ser humano, racional e talentoso, que usa seus esforços para criar melhores condições de vida para si e para a sociedade como um todo, ou para a humanidade. Portanto, o que se pretende aqui é estabelecer um nexo entre as transformações do processo de trabalho e o caráter, ou as características específicas da atividade pessoal do homem dentro desse processo e das finalidades que a motivam. É esse nexo que pode explicar a passagem de um estágio produtivo para outro a partir de uma visão qualitativa, de uma perspectiva que toma a atividade humana na produção social como ponto de partida, ou como determinante para certas transformações sociais e rupturas de padrões e estruturas prevalentes a cada época.

Ainda a fim de justificar as opções metodológicas volto a Marx para entender o processo de trabalho e estabelecer as ferramentas analíticas que contribuem para a compreensão da transformação que se observa –

especificamente aquela que se dá em razão do extremo avanço tecnológico do século vinte que determina uma profunda mudança da atividade humana no processo produtivo. Para ele, no estágio produtivo em que prevalece o trabalho assalariado mecânico – que é elemento estrutural do modo de produção capitalista industrial, portanto, historicamente determinado – o capitalista compra força de trabalho a fim de usá-la; e força de trabalho em uso é trabalho em si mesmo. O comprador da força de trabalho a consome ao colocar o vendedor para trabalhar. Ao trabalhar, o vendedor se transforma de fato naquilo que antes ele era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, um trabalhador. Para que o trabalho possa reaparecer na mercadoria, é preciso, antes de tudo, que a força de trabalho seja gasta em algo útil, em alguma coisa capaz de satisfazer uma vontade de alguma espécie. Dessa forma, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso em particular, um artigo específico. Porém, o fato da produção de valores de uso, ou de bens, ser desenvolvida sob o controle do capitalista e em seu nome diz respeito à estrutura interna do modo de produção capitalista, mas não altera o caráter geral da produção observado na relação entre sujeito e objeto do trabalho, mediada pelos instrumentos. Dessa forma, em primeiro lugar, devemos considerar o processo de trabalho independentemente da forma particular que assume de acordo com as condições sociais específicas determinantes de cada modo de produção (Marx, *Capital* [1867], Volume 1, Capítulo 7)<sup>1</sup>.

Daí conclui-se que seu método usa o processo de trabalho como uma categoria geral de análise. Marx delimita três fatores considerados elementares: a atividade pessoal do homem, ou o trabalho propriamente dito; o objeto do trabalho – a natureza, ou matéria prima que já é resultado de dispêndio anterior de força de trabalho sobre a natureza; e seus instrumentos – fator que está

---

<sup>1</sup> A versão de *Capital*, assim como de outras obras de Marx usadas neste estudo, são aquelas publicadas eletronicamente, no endereço [www.marxist.org](http://www.marxist.org). Neste endereço eletrônico encontra-se publicada a versão digital da obra completa de Marx com indicações sobre a respectiva edição impressa da qual o texto foi copiado. Sobre o volume 1 de *Capital* são as seguintes as indicações: escrito em 1867; fonte: primeira edição em inglês 1887 (incluindo as alterações da 4ª. Edição em alemão); editor: Progress Publishers, Moscow, USSR; publicado pela primeira vez em 1887; tradução: Samuel Moore and Edward Aveling — editado por Frederick Engels; versão online: Marx/Engels Internet Archive ([marxists.org](http://marxists.org)) 1995, 1999; transcrito por: Zodiac, Heinrich Kuhls, Allan Thurrott, Bill McDorman, Bert Schultz e Martha Gimenez (1995-1996); Marcas em HTML: Stephen Baird and Brian Basgen (1999).

diretamente relacionado ao desenvolvimento técnico e o conhecimento<sup>2</sup> acumulado de cada época (Marx, *Capital* [1867], Volume 1, Capítulo 7). Assim, a partir da observação desses fatores elementares e a maneira como se conectam poderemos perceber as características das transformações dos processos de trabalho que interessam para a discussão, especificamente aquelas que indicam a passagem para a sociedade do conhecimento, ou determinam mudanças significativas nas relações sociais em sentido amplo. Ou será possível concluir se as categorias gerais definidas e adotadas por Marx são ou não adequadas à compreensão do processo de trabalho e do modo de produção de valor e riqueza, caracterizado pelo uso intensivo do conhecimento. Provavelmente o processo de trabalho na sociedade do conhecimento tem conteúdo – em termos da relação entre sujeito, objeto e instrumentos de trabalho – e finalidades diferentes daquelas que tinham na sociedade agrícola e na sociedade industrial, ou no contexto que Marx e List escreveram suas críticas a Smith e Ricardo; no contexto em que escreveram, respectivamente, a crítica à economia política burguesa e as normas para um sistema nacional de economia política, apontando novos caminhos para a compreensão da relação entre a atividade humana e os outros fatores elementares do processo de trabalho diferentes daqueles sugeridos pela Escola Clássica de Smith e Ricardo.

Marx diz que o trabalho, antes de tudo e independentemente do modo de produção historicamente determinado, é um processo do qual o homem e a natureza participam. A relação entre esses dois elementos é mediada pelos instrumentos e ferramentas, que, por sua vez, decorrem da capacidade intelectual do ser humano de desenvolver técnicas a fim de facilitar sua relação com a natureza e a efetiva aplicação dessa capacidade. Se a relação entre a atividade humana e a natureza é mediada pelo estado da arte e da técnica, se modifica ao longo do tempo e sua observação permite compreender qualitativamente as transformações sociais. O estado da arte e da técnica representa trabalho intelectual anterior ao trabalho que se realiza na forma de consumo produtivo da mercadoria força de trabalho adquirida pelo capitalista misturada com a matéria prima que também resulta de trabalho anterior aplicado diretamente na natureza.

---

<sup>2</sup> O termo conhecimento é entendido aqui como trabalho intelectual anterior que além de solucionar problemas imaginados previamente, produz e sistematiza um saber geral que se acumula, seguindo-se aqui um raciocínio semelhante ao de acumulação de riqueza no capitalismo.

Em última instância, o homem usa seus talentos intelectuais para assumir uma posição de dominação em relação ao objeto de trabalho, sujeitando a natureza, através de seus instrumentos, ferramentas e técnicas, à sua vontade, ao seu próprio interesse. A principal diferença entre o trabalho humano e o trabalho animal (que também se organiza a fim de produzir a própria sobrevivência) é que o ser humano é capaz de criar na imaginação o produto do seu trabalho, antes de sua realização efetiva. No final do processo de trabalho se chega a um resultado que foi previamente imaginado pelo trabalhador (Marx, *Capital*, 1867, vol. 1, cap. 7).

Este é um aspecto genérico do processo de trabalho que não é determinado pela estrutura interna do modo de produção capitalista, isto é, não importa se houve o investimento antecipado em capital fixo e variável e nem o regime de propriedade que permite o capitalista se apropriar do resultado do consumo da força de trabalho comprada antecipadamente. Aqui importa mais compreender como a conscientização e conseqüente aperfeiçoamento deste mecanismo de criação imaginária do produto final do trabalho determinam a separação entre atividade mental criativa e imaginativa e atividade física do trabalho materializado integralmente na realização do propósito previamente imaginado. A divisão do trabalho não é determinada pela possibilidade do capitalista de se apropriar com exclusividade do resultado do consumo da força de trabalho adquirida antecipadamente. O que está em questão aqui é a idéia de que a capacidade de imaginar todo o processo de trabalho e seu resultado final, combinado com o desejo de dominar e sujeitar a natureza, a vida, o espaço e o tempo por completo, e mais, a capacidade de armazenar experiência e conhecimento e assim transformar na imaginação o processo de trabalho, ou transformar especialmente a atividade humana que se desenvolve como função do estado da arte e da técnica, gera a divisão do trabalho que coloca de um lado as pessoas que imaginam o processo de trabalho e elaboram mentalmente a melhor forma de realizá-lo e, assim, antecipam o futuro e por isso sintetizam valor na atividade intelectual e controlam o processo produtivo, e de outro, os que operam as máquinas, executam mecânica e abstratamente aquilo que foi imaginado pelos primeiros e são controlados pelo processo produtivo. Em outras palavras, quanto mais conhecimento o estado da arte e da técnica acumula mais clara se torna a divisão do trabalho que coloca de um lado aqueles que por dominarem o conhecimento desenham e produzem o estado da arte e da técnica e assim atuam diretamente

sobre a atividade humana e produzem muito mais valor do que aqueles que, de outro lado, se limitam às atividades abstratas, mecânicas e cada vez mais banais e desvalorizadas, funcionando como simples peças ou acessórios que integram as máquinas e técnicas de produção desenhadas pelos primeiros.

Ao final do processo de trabalho, sempre se chega a um resultado que havia sido previamente imaginado e que se realiza através da relação entre homem e natureza, mediada pelos instrumentos de trabalho, que, por sua vez, são fruto da imaginação humana usada anteriormente, num outro processo de trabalho. Na medida em que os instrumentos de trabalho vão ficando mais complexos, sofisticados e perfeitos, o processo de trabalho desenvolvido na produção de mercadorias que, por sua vez, produzem o lucro do capitalista, vai ficando cada vez menos natural, ou cada vez mais mecânico e abstrato. O caráter abstrato e geral é alcançado na medida em que o processo de trabalho se torna menos atrativo e menos identificado com os poderes mentais do trabalhador, distanciando o homem cada vez mais do objeto do trabalho, a natureza, e até de si mesmo, da sua própria natureza; limitando o homem à atividade mecânica, subordinando-o à máquina que opera conforme a imaginação e o trabalho intelectual de outro homem e que decorre do desejo de subordinar a natureza por completo.

“A máquina torna-se fator ativo no processo de trabalho, impondo ao trabalhador tarefas contínuas, uniformes e repetitivas, que exigem a imposição de uma disciplina fabril rigorosa. Além disso, o conhecimento científico, que é a condição necessária concomitante da introdução da maquinaria, cria novas hierarquias de trabalho intelectual e manual, com a eliminação das divisões anteriores” (Simon Mohun, *Dicionário do Pensamento Marxista* [DPM] – verbete “processo de trabalho”, pág. 300).

Marx conclui que no processo de trabalho a atividade humana, com a ajuda dos instrumentos de trabalho, efetua uma alteração no material sobre o qual se trabalha que foi previamente desenhada mentalmente. O processo desaparece no produto que é um valor de uso, recurso da natureza adaptado à vontade e necessidade humana. O trabalho, mediante o uso das ferramentas e instrumentos que constituem o estado da técnica, é incorporado ao seu próprio objeto e assim o trabalho é materializado e seu objeto (a natureza) transformado. Dessa forma, o trabalho vivo se fixa no produto, fixando-se, portanto, no tempo e no espaço,

deixando de ter vida e passando a ter valor de troca (Marx, *Capital*, 1867, vol. 1, cap. 7). Dessa forma, a atividade humana se reifica na mercadoria que ao entrar em circulação se humaniza através do consumo. E tudo isso se faz com o auxílio de uma superestrutura constituída de ideologias e leis, especialmente aquelas que visam garantir o exercício do direito de propriedade sobre qualquer objeto que possa ser incluído neste guarda-chuva de garantias de controle de acesso e de uso exclusivo. Porém, é importante observar que dizer que se faz com o auxílio é o mesmo que dizer que o regime de propriedade atua sobre a produção social de riqueza, mas não determina por si só a relação dos fatores elementares do processo, ou o conteúdo do trabalho. O processo observado e sintetizado por Marx é abstrato e geral, e se realiza em paralelo à superestrutura legal que contribui para reificação da atividade humana através da sua fixação na mercadoria, visando o lucro do capitalista.

De outra parte, se a análise se faz relativamente à estrutura interna da produção em cada estágio produtivo, ao raciocinar sobre o argumento de Marx acima apresentado aplicado ao modo de produção industrial é possível elaborar o que se segue. O capitalista adquire os meios através dos quais os processos de trabalho se realizam: força de trabalho, instrumentos de trabalho e matérias primas – natureza já transformada pelo trabalho anteriormente realizado – ou seja, o capitalista promove diversas combinações de capital fixo e variável a fim de obter lucro que se produz quando os fatores elementares do processo de trabalho se colocam em contato e em movimento. A reunião e a utilização dos meios de produção que pertencem ao capitalista se realizam sob o seu comando e controle e produzem valores de uso que lhe pertencem também. Porém, o processo de trabalho executado sob o comando do capitalista resulta em produtos que só constituem valores de uso para ele na medida em que são portadores de valor de troca (Simon Mohun, DPM, pág. 300). Além disso, é importante observar que a estrutura interna está definitivamente ligada à finalidade do trabalho que é definida com maior ou menor autonomia do trabalhador versus maior ou menor atuação do capital e que o modo capitalista industrial visa prioritariamente à produção crescente de mercadorias cujo valor excede à soma dos meios de produção adquiridos pelo capitalista e consumidos no processo de trabalho que as produz, portanto, a finalidade do trabalho é definida pelo capital à custa da autonomia do trabalho. O valor excede à soma dos meios aplicados justamente

por fixar e consolidar o resultado de vários processos anteriores, todos dirigidos pela capacidade do ser humano de prever antes da execução o resultado final desejado e assim controlar o processo de forma a produzir lucro. Daí decorre a idéia que o processo de trabalho capitalista, quando pensado como função da estrutura do modo de produção, corresponde a um ato de consumo duplamente produtivo, uma vez que resulta na produção dos valores necessários para a reposição dos meios de produção consumidos e que são necessários para manter o processo de trabalho ativo e ainda de um valor excedente de propriedade do capitalista. O excedente pode ser aumentado ou diminuído na medida em que se altere substancialmente a natureza de um dos fatores elementares do processo de trabalho, o que implicaria obrigatoriamente na transformação do processo como um todo e, conseqüentemente, de seus resultados e respectiva distribuição<sup>3</sup>.

Excluindo de início qualquer discussão sobre a importância do aspecto quantitativo dos elementos que integram o processo de trabalho, aqui interessa especialmente o aspecto qualitativo examinado do ponto de vista da atividade humana. A partir do momento que a máquina torna-se um fator ativo que subordina o trabalho humano tornando-o cada vez mais mecânico e abstrato, desconectado do próprio homem que o realiza, o conhecimento necessário para a inovação contínua da maquinaria produtiva cria novas hierarquias de trabalho intelectual e manual e afeta diretamente o caráter da atividade humana. Resulta, portanto, na transformação do processo de trabalho que, ao mesmo tempo, determina e é determinado pela estrutura interna do modo de produção do capitalismo industrial. Independentemente dos recursos de poder usados na definição de suas finalidades e das forças que atuam na sua promoção, o processo de trabalho que resulta na inovação que promoverá maior eficiência da máquina que comanda outro processo de trabalho, produz um valor excedente muito mais expressivo do que aquele que resulta do trabalho abstrato e geral aplicado

---

<sup>3</sup> Distribuição aqui tratada conforme a síntese de Marx que resulta de sua busca pela sistematização de categorias gerais de análise: “na produção os membros da sociedade se apropriam (criam, dão forma) dos recursos da natureza de acordo com as necessidades humanas; a distribuição determina em que proporção o indivíduo participa do produto da apropriação dos recursos da natureza; a troca entrega o produto específico no qual o indivíduo deseja converter a porção atribuída a ele pela distribuição; e finalmente, no consumo, os produtos se transformam em objetos de gratificação, de apropriação individual” (tradução minha). Grundrisse (Outline of the Critique of Political Economy), versão eletrônica @ [www.marxist.org](http://www.marxist.org), publicada com as seguintes indicações: Written: 1857-61; Published: in German 1939-41; Source: Penguin 1973; Translated by: Martin Nicolaus; Scanned by: Tim Delaney, 1997; HTML Mark-up: Andy Blunden, 2002.

diretamente na operação da máquina neste outro processo comandado por ela. Separam-se assim os homens entre os que produzem aqueles valores mais expressivos e os que simplesmente operam as máquinas, ou aplicam somente sua habilidade física repetida mecanicamente na produção de valores de uso. Estão plantadas assim as sementes da sociedade do conhecimento, uma sociedade na qual a sofisticação da sujeição do trabalho humano à máquina chegou a tal ponto, que as diferenças entre valores produzidos pelos que participam com atividades intelectuais criativas num determinado processo de trabalho e que têm como finalidade principal sujeitar cada vez mais o homem à máquina (e ao capital), e aqueles produzidos por quem, em outro processo de trabalho, é dominado pela máquina e pratica atividades puramente mecânicas sob rígida disciplina, determinam a própria exclusão desses últimos da nova sociedade<sup>4</sup>.

Para Marx a indústria de grande escala produz a completa sujeição do trabalho ao capital, e essa sujeição provoca a transformação do processo de trabalho na busca da acumulação de valor (Simon Mohun, DPM, pág. 300). Na sociedade capitalista industrial todos se enfrentam no mercado como compradores e vendedores, e todos os valores de uso se transformam em valor de troca traduzido em dinheiro. Se paralelamente a este processo não são incrementadas as condições tecnológicas de produção, se não se renova o estado da arte e da técnica, o único meio de expandir a produção de valor excedente é aumentar o tempo de trabalho, recaindo a pressão integralmente sobre a atividade humana mecanizada e controlada dentro do processo de trabalho. O alívio da pressão se dá através do trabalho intelectual que imagina previamente o processo de trabalho e cria as soluções de eficiência dos instrumentos e tecnologia de produção. Dessa forma, a atividade humana consumida na efetiva realização daquele processo previamente imaginado e solucionado mentalmente fica outra vez reduzida à

---

<sup>4</sup> Cabe aqui um parêntese para lembrar que a divisão do trabalho mencionada nesse parágrafo se baseia apenas em um dos critérios que podem ser usados para compreender, ou classificar o estágio atual da sociedade relativamente às características da atividade humana produtiva. No entanto, a passagem para a sociedade do conhecimento que será analisada na seção seguinte considera outros diversos fatores que caracterizam uma profunda transformação social promotora de inúmeras contradições características da nova sociedade. Interessam sobremaneira os aspectos contraditórios provocados pela convivência de uma diversidade de forças, ou, simplesmente, de diferentes estágios produtivos, entendido o termo de acordo com as teorias que pressupõe a constante evolução dos processos de trabalho demonstrada por critérios quantitativos que consideram principalmente o número de pessoas envolvidas em que tipo de trabalho, se agrícola ou industrial, se da pequena indústria ou da indústria de massa.

repetição mecânica, banalizada e desvalorizada, crescendo, no processo de trabalho, a importância do trabalho de imaginação da solução de problemas fixado nas tecnologias de produção e garantindo a completa sujeição do trabalho ao capital. Esse processo é percebido, geralmente, como um sinal de maturidade do capitalismo, já que apresenta alternativas para suas crises cíclicas; uma maturidade identificada com o progresso tecnológico e que tem um efeito amplificador, isto é, tende a se expandir infinitamente. Ou seja, identifica-se a maturidade pelo crescimento do capital fixo representado pelas inovações tecnológicas e pela produção intelectual em sentido amplo (sobre as quais o capitalista que investiu no seu desenvolvimento tem direito de propriedade) em detrimento ao capital variável que remunera o trabalho humano mecanizado, abstrato e banalizado.

Mas, ao mesmo tempo em que o movimento contínuo expansionista e de maturidade do capitalismo provoca a transformação do processo de trabalho, tornando-o, por um lado, cada vez mais abstrato e desconectado de quem o realiza, gera sua própria superação e contribui para o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora a respeito da imaterialidade da sua capacidade e efetiva participação na produção dessa transformação dos processos de trabalho e, conseqüentemente, na superação das relações de produção pré-estabelecidas. É esta natureza de esforço e de trabalho que poderá superar as relações de produção capitalistas e das estruturas políticas que determinam e são determinadas por essas relações. No prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política* Marx explica que na produção coletiva da vida propriamente dita os homens se relacionam em bases que não correspondem à vontade individual e que são determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, nas quais se inserem como categorias gerais os fatores que integram o processo de trabalho. “A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. Eis que se criam certas conjunturas das relações das forças produtivas materiais da sociedade (representadas pelo conteúdo e a forma de organização do processo de trabalho) nas quais as contradições inerentes às próprias relações em questão – contradições geradas pelo sistema de propriedade que apóia a estrutura interna do modo de produção e que visa à realização de certos propósitos e finalidades – chegam a tal

ponto que “sobrevém então uma época de revolução social” (Marx, 1859, prefácio)<sup>5</sup>. Não obstante a intensidade da transformação que uma época de revolução social pode provocar, Marx afirma que

“uma ordem social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que nela têm espaço para se desenvolver; e novas relações de produção mais adiantadas jamais surgem antes que suas condições materiais de existência tenham amadurecido no seio da velha sociedade. Dessa forma, a humanidade sempre coloca para si os desafios que pode resolver, uma vez que analisando a questão mais de perto sempre vai se perceber que os desafios surgem somente quando as condições materiais para sua solução já existem, ou estejam, pelo menos, em processo de formação” (Marx, 1859, prefácio).

Muito embora essas palavras possam ser interpretadas como uma afirmação de que a revolução social é inevitável e previsível, na medida em que responde às contradições geradas pelas relações das forças produtivas materiais e que acontecem quando as condições para superá-las existem, pelo menos potencialmente, isso não significa dizer que o estudo desses momentos nos quais sobrevém a ebulição social não seja relevante e revelador.

Uma vez discutido o processo de trabalho quanto ao seu conteúdo e quanto à estrutura interna da produção, transfere-se o eixo da discussão para as finalidades e motivações da atividade humana nos processos de trabalho e, conseqüentemente, nas relações de produção de cada época, e para isso vale entender o que diz André Gorz. Para ele o que chamamos de trabalho é “uma invenção da modernidade. A forma sob a qual conhecemos e praticamos aquilo que é o cerne de nossa existência, individual e social, foi uma invenção, mais tarde generalizada, do industrialismo” (Gorz, 2003, pág. 21)<sup>6</sup>. No entanto, trata-se de uma noção restrita ao trabalho remunerado, que se destina a produzir e reproduzir

<sup>5</sup> Os trechos em português foram traduzidos por mim. A versão de “Contribuição à Crítica da Economia Política” adotada aqui está publicada em [www.marxist.org](http://www.marxist.org). O prefácio desta edição eletrônica traz as seguintes indicações: Source: K. Marx, *A Contribution to the Critique of Political Economy*, Progress Publishers, Moscow, 1977, with some notes by R. Rojas. A lista de conteúdo da obra completa está publicada com as seguintes indicações Written: 1859; Publisher: Progress Publishers, Moscow; First Published: 1859; Translated: S.W. Ryazanskaya; On-Line Version: Marx.org 1993 (Preface, 1993), Marxists.org 1999; Transcribed: Tim Delaney, Zodiac; HTML Markup: Tim Delaney 1999.

<sup>6</sup> Andre Gorz publicou desde o fim da década de 1980 três livros cujo tema central é o trabalho. Para a discussão aqui em andamento, sobre dinâmica entre processos (conteúdo e forma) de trabalho, estrutura de produção e finalidades do trabalho, adota-se o primeiro deles que é *Métamorphoses du travail, Quête du sens: critique de la raison économique*, Éditions Galilée, 1988. A edição utilizada aqui é a brasileira – Gorz, André, *Metamorfoses do trabalho, Busca do Sentido: crítica da razão econômica*, Annablume, São Paulo, 2003.

as bases materiais necessárias à sobrevivência. Dessa forma, observa Gorz, para Marx, assim como para os filósofos gregos, esse tipo de trabalho não pertence ao reino da liberdade que se situa em um espaço “mais além da racionalidade econômica” (Gorz, *Metamorfoses do Trabalho*, 2003, pág. 22). Ao contrário, para Marx a liberdade pressupõe o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, o que só acontece além da esfera da produção material<sup>7</sup>. Dessa forma o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo permite reduzir o tempo dedicado ao trabalho material, ou aquele que é motivado exclusivamente pela necessidade vital de reprodução da própria vida e suas finalidades são todas externas.

Independentemente da visão genérica, que surge da análise que se faz a partir das finalidades do trabalho e que torna possível estabelecer pontos comuns no pensamento de Platão<sup>8</sup> e de Marx, a teoria desse último, quando adota os fatores elementares do processo de trabalho como categoria de análise, ou seja, quando se baseia no conteúdo e na forma de organização do processo de trabalho, está definitivamente ligada a uma idéia contemporânea do trabalho que surge com o capitalismo manufatureiro. Gorz afirma que até o século dezoito o termo trabalho dizia respeito à atividade dos chamados trabalhadores por jornada, produtores de bens de consumo diário ou de serviços que atendem necessidades básicas de terceiros e precisam ser fornecidos cotidianamente. Do ponto de vista

---

<sup>7</sup> “In fact, the realm of freedom actually begins only where labour which is determined by necessity and mundane considerations ceases; thus in the very nature of things it lies beyond the sphere of actual material production. (...). Beyond [the realm of necessity] begins that development of human energy which is an end in itself, the true realm of freedom, which, however, can blossom forth only with this realm of necessity as its basis. The shortening of the working-day is its basic prerequisite”. *Capital*, vol. III – *The Process of Capitalist Production as a Whole*. Pag. 80 da versão eletrônica, publicada em [www.marxist.org](http://www.marxist.org) com as seguintes notícias: **Written:** Karl Marx, 1863-1883, edited by Friedrich Engels and completed by him eleven years after Marx's death; **Source:** Institute of Marxism-Leninism, USSR, 1959; Publisher: International Publishers, NY, [n.d.]; **First Published:** 1894; **On-Line Version:** Marx.org 1996, Marxists.org 1999; **Transcribed:** Transcribed for the Internet in 1996 by Hinrich Kuhls, Dave Walters and Zodiac, and by Tim Delaney and M. Griffin in 1999; HTML Markup: Zodiac 1996, Tim Delaney and M. Griffin in 1999.

<sup>8</sup> Gorz menciona Platão em sua classificação dos camponeses ao lado dos escravos, trabalhando sempre exclusivamente em busca da satisfação das necessidades que dominam o corpo, e os artesãos como cidadãos incompletos porque não trabalham para a coisa pública e na esfera pública e são movidos por seu ofício ou pelas necessidades materiais. “A idéia de que a liberdade (isto é, aquilo que é propriamente humano) só começa “além do reino da necessidade” e de que o homem só surge como sujeito capaz de conduta moral a partir do momento em que, cessando de exprimir as necessidades imperiosas do corpo e sua dependência do meio em que vive, age movido apenas por sua soberana determinação, é uma idéia constante, de Platão a nossos dias.” (André Gorz, *Metamorfoses do Trabalho*, 2003, pág. 22).

do conteúdo e das finalidades, conforme o argumento usado pelos filósofos gregos este tipo de trabalho não pertence ao reino da liberdade. Para Gorz é trabalho que não tem autonomia porque se organiza e visa exclusivamente os interesses de terceiros que remuneram o trabalhador com o mínimo necessário para a sua própria sobrevivência, ficando sua vida limitada à reprodução contínua dessas atividades e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades impedido, usando aqui o argumento de Marx que encontra correspondência no pensamento clássico.

Assim, no período da pequena manufatura, diferencia-se trabalho de obra, ou seja, o trabalho eram as tarefas mais penosas cumpridas por trabalhadores menos qualificados e a obra o produto do trabalho dos artesãos que fabricavam objetos duradouros. Os artesãos eram pagos por suas obras e não por seu trabalho (Gorz, 2003). Essa é uma diferenciação que Gorz explora a partir do critério de autonomia em oposição à heteronomia do trabalho. A autonomia, ou seu oposto heteronomia, se observa relativamente à totalidade das relações de produção, isto é, o conjunto formado pelo processo e as finalidades do trabalho e a estrutura do modo de produção. No período ao qual Gorz se refere o valor da obra do artesão, traduzido em preço, era controlado pelas corporações e guildas que tinham também a função de protegê-lo, controlando a difusão das inovações que provocariam a diminuição do valor da obra em razão da possibilidade de produzi-la mecanicamente mediante a compra do trabalho de jornada acima mencionado, isto é, trabalho cujo conteúdo, a organização e as finalidades são determinadas por outro que não quem o realiza. Em outras palavras, podemos dizer que as corporações e guildas defendiam a autonomia do trabalho em face da heteronomia que interessa ao capital, uma vez que o conteúdo, o processo e as finalidades do trabalho passam a ser controlados integralmente por ele, de acordo com uma racionalidade puramente econômica.

A fim de facilitar a compreensão do argumento observa-se que em outra situação Gorz afirma que a obra artística, ou a criação intelectual em sentido amplo, decorre da autonomia completa do sujeito que é livre até mesmo de qualquer sentimento de pertencimento social, seja de classe, seja por identificação profissional. A obra artística e a criação intelectual entendidas como trabalho totalmente autônomo se colocam em oposição ao trabalho de jornada, ao trabalho do operário em domicílio e posteriormente o trabalho da fábrica que representa a completa subordinação da atividade humana ao processo e às finalidades

determinadas externamente. O que se pergunta é quais são as forças que atuam em um movimento de mudança que toma essa direção; um movimento pelo qual a racionalidade provoca mudança no eixo de referência que abandona o trabalhador que o realiza e se transfere para as forças externas que o subordinam. Dessa pergunta decorre uma segunda sobre ser a finalidade da tecnologia desenvolvida pelo trabalho autônomo – como é o trabalho intelectual que imagina, identifica e soluciona os problemas da produção antecipadamente e mentalmente e assim produz conhecimento adicionado ao saber geral – a redução do tempo do trabalho heterônomo e, assim, a liberação de tempo para o trabalho autônomo, ou, ao contrário, o aumento do número de pessoas submetidas e do tempo dedicado por elas ao trabalho mecânico e abstrato e a divisão de forma clara e definitiva das pessoas entre aqueles que têm autonomia e, portanto, organizam o processo de trabalho em harmonia com sua própria vida e definem suas motivações e finalidades livremente, e os outros que jamais poderão ser livres porque vivem em um mundo em que o conteúdo, as motivações e as finalidades do trabalho são externos e completamente desconectados de quem o realiza. Em outras palavras, a tecnologia promove a liberdade e a autonomia do trabalho ou submete-o cada vez mais ao capital, diminuindo sua participação no resultado da produção?

O sistema manufatureiro foi substituído pelo sistema de fábrica, numa relação direta entre a transformação da motivação, das finalidades e da natureza da atividade humana gerada pela inovação tecnológica, que, por sua vez reflete a tendência à racionalização da produção a fim de dominar os custos privilegiando as questões contábeis em detrimento da atividade humana, para Gorz privilegiando a racionalidade econômica, ou eliminando definitivamente a autonomia do trabalho. Portanto responde a mudanças na estrutura de produção que determina a relação entre capital e trabalho a partir da racionalidade econômica e visa à realização de certos propósitos, inclusive a redefinição das finalidades do trabalho. Assim, o trabalho começa a se organizar cientificamente o que resulta na separação entre o trabalho, como categoria economicamente quantificável e um dos itens da contabilidade, e a pessoa viva do trabalhador. A partir do argumento de Max Weber em “A Ética Protestante e o Espírito do

Capitalismo<sup>9</sup>” Andre Gorz mostra como o trabalhador de jornada, que se preocupava em trabalhar o suficiente para garantir a sua sobrevivência, passa a ter de trabalhar o máximo de tempo possível para garantir o desenvolvimento do capitalismo industrial que depende de rígida disciplina imposta através da subordinação total do trabalho ao capital. A única maneira de conseguir mais horas de trabalho é diminuir o salário do trabalhador, obrigando-o a trabalhar cada vez mais, condição sem a qual o capitalismo industrial não poderia se desenvolver. Ou seja, diminuir o salário não visa simplesmente diminuir o custo da produção, mas sim aumentar o número de horas de atividade humana mecânica e abstrata e o controle do capital sobre o trabalho, na medida necessária para se chegar a um ponto ótimo em termos de uma racionalidade puramente econômica. Esse processo se desenvolve com o auxílio da inovação tecnológica que afasta o trabalhador da obra porque exige dele o controle de um corpo de conhecimento cada vez mais amplo, complexo e inacessível para quem como ele trabalha o tempo necessário para satisfazer a necessidade do capitalista e, por isso, não tem tempo para o próprio aperfeiçoamento. Dessa forma, se vê cada vez mais dedicado ao desempenho de tarefas mecânicas e abstratas, atividades repetidas por muitas horas, que não tem qualquer relação com quem as realiza e nem com o seu resultado final.

Portanto, conclui-se que Gorz mostra que a elaboração do conceito contemporâneo de trabalho, que está definitivamente preso a uma racionalidade

---

<sup>9</sup> Sobre a transformação do trabalho da manufatura para o trabalho na fábrica Gorz cita uma passagem da obra de Max Weber (da edição francesa da obra – *L’Ethique Protestante et l’Esprit du Capitalisme* publicada pela Plon em 1985) na qual ele mostra que a principal característica da mudança do século dezoito para o seguinte é a transformação do operário em domicílio, que trazia para o empreendedor o resultado do trabalho organizado de forma autônoma em seu próprio espaço, em operário industrial, que trabalha na fábrica em tempo e condições definidas, motivadas e controladas pelo capitalista. Para Weber a relação que se estabelece entre o empreendedor e o operário em domicílio é uma forma de organização capitalista uma vez que o empreendedor exerce atividade puramente comercial, compra o valor de uso produzido pelo operário em domicílio e transforma-o em valor de troca que leva ao mercado para produzir lucro. Além disso, o emprego do capital é indispensável e a contabilidade racional. Mesmo assim resulta em relações de produção diferentes daquelas da sociedade industrial no que diz respeito ao processo de trabalho, mais especificamente à combinação do sujeito, objeto e instrumentos de trabalho determinada pelo estado da arte e da técnica e também relativamente à relação do trabalho com a obra, do empreendedor com o produtor. Para Weber o que mais importa nessa transformação é o aumento da dependência do trabalhador em relação ao empreendedor e do rigor do controle desse último sobre a produção do primeiro que transformou os operários em domicílio, que gozavam de certa autonomia, em operários despossuídos de matéria-prima e comandados pela racionalidade econômica que dá conteúdo ao “espírito do capitalismo”. Portanto, o que importa na análise de Max Weber no trecho citado por Gorz é o aspecto estrutural da mudança, motivada pelo espírito do capitalismo.

econômica, reflete o processo de perda de autonomia do trabalho da pequena manufatura para o trabalho da fábrica, heterônomo, que subordina o trabalhador à máquina, desvaloriza a atividade humana em busca da produção em massa bancada pelo capitalista com vistas exclusivamente ao mercado onde realizará o lucro que garante a acumulação constante. E assim, mostra uma mudança na finalidade do trabalho que, do ponto de vista do trabalhador autônomo, era a produção de obras para serem trocadas no mercado e passa a ser a produção de lucro para o capitalista dentro de uma racionalidade econômica que se justifica pela necessidade de sobrevivência não do trabalhador individualmente, mas da própria estrutura de produção controlada e bancada pelo capitalista. Assim, em virtude da mudança das finalidades e motivações do trabalho,

“[o] tempo do trabalho e o tempo de viver foram desconectados um do outro; o trabalho, suas ferramentas, seus produtos adquiriram uma realidade separada do trabalhador e diziam agora respeito a decisões estranhas a ele. A satisfação em ‘fazer um obra’ comum e o prazer de ‘fazer’ foram suprimidos em nome das satisfações que só o dinheiro pode comprar.” (Gorz, 2003, pág.30).

A separação definitiva e completa do trabalho e da obra, observada do ponto de vista do conteúdo do trabalho, ou da natureza da atividade humana no processo, Marx descreve como a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato. A definição de concreto e abstrato se baseia nas características da atividade humana no processo de trabalho, mas não se restringe a ela porque a separação entre processo e produto, entre trabalho e obra, não é somente o resultado do controle cada vez mais firme do objeto de trabalho e da inovação técnica aplicada à produção, mas é principalmente um método adequado à realização de certas finalidades, especialmente aquelas que se definem em função da racionalidade econômica imposta pelo espírito do capitalismo. Gorz afirma que para Marx, a passagem do trabalho concreto para o trabalho abstrato corresponde à transformação do operário-produtor – tanto no que diz respeito às finalidades como a natureza da atividade humana despendida no processo de trabalho – em trabalhador consumidor: “isto é, o indivíduo social que não produz nada do que consome e não consome nada do que produz; o indivíduo para o qual a finalidade essencial do trabalho é ganhar o suficiente para comprar as mercadorias produzidas e definidas pela máquina social em seu conjunto” (Gorz, 2003). Quando o trabalhador deixa de produzir obras para fornecer apenas horas de

trabalho mecânico necessárias para a produção de lucro que pertence ao capitalista, a natureza da atividade humana na produção deixa de ter importância e o trabalhador se movimenta exclusivamente em função da finalidade última do trabalho, que são a satisfação de suas necessidades pessoais mínimas e a reprodução e expansão do modo de produção em favor do capitalista, e não a realização de uma obra. Para alcançar esta finalidade prática atividade mecânica e abstrata, que não gera prazer e nem faz o trabalhador se reconhecer de qualquer forma no produto final oferecido ao consumidor que pode ser ele mesmo. O conteúdo do trabalho é definido pela tecnologia aplicada à produção e que a governa. A identificação profissional não tem relação com o produto, mas sim com a maior ou menor capacidade de conhecer e aplicar a tecnologia que governa a produção.

O quadro acima, demonstrado por Andre Gorz com base nas finalidades do trabalho e na relação das finalidades com os processos de trabalho e a estrutura interna da produção, mostra a passagem do sistema manufatureiro para o sistema industrial da fábrica com disciplina e organização rígidas. Mas, pensando do ponto de vista das categorias gerais que vem sendo apontadas, e que foram usadas para compreender a explicação de André Gorz sobre a mudança das finalidades do trabalho, o que se vê é uma tendência que parece constante relativamente à separação da atividade humana do resultado do trabalho, da abstração completa do trabalho em função da taxa de lucro do capitalista necessária para manter as forças e os meios de produção ocupados e produzindo e o movimento expansivo da acumulação capitalista. Os dilemas que surgem com a transformação do trabalho da pequena manufatura para o trabalho da indústria de massa parecem ser os mesmos nas relações de produção profundamente transformadas pela revolução tecnológica do fim do século vinte, seja em razão da natureza da atividade humana no processo produtivo, seja em razão das finalidades redefinidas. A necessidade de governar a tecnologia aplicada na produção exige um maior nível de qualificação do trabalho, o domínio de um corpo de conhecimento mais amplo, o que demanda dispêndio de tempo e investimento no próprio aperfeiçoamento, ou na produção de si mesmo, ou na realização de trabalho imaterial. Em outras palavras, a sofisticação da tecnologia que comanda a produção exige qualificação do trabalhador, o que, por sua vez, exige tempo de dedicação ao trabalho imaterial de produção e aperfeiçoamento de si mesmo. O controle da tecnologia aplicada à

produção pode trazer maior autonomia ao trabalho o que poderia promover a reunião do esforço produtivo com o seu resultado, ou a reconstituição da unidade trabalho-vida.

No entanto, o que se vê é uma separação que se aprofunda entre o trabalho imaterial, autônomo, cuja finalidade é a produção de si mesmo e de novas subjetividades, e o trabalho material, heterônomo, mecanizado, banalizado em seu conteúdo e em seu valor, e cujas finalidades são desconectadas do trabalhador. Gorz explica que a autonomia tem de estar presente nas três dimensões da análise do trabalho: “a organização do processo de trabalho; a relação com o produto que o trabalho tem como objetivo realizar; o conteúdo do trabalho, ou a natureza da atividade que requer e as faculdades humanas que demanda.” (Gorz, 2003). O trabalho não pode ser autônomo somente em uma dessas dimensões, portanto, precisa ser ao mesmo tempo auto-organizado no processo, livre na busca de suas finalidades e promover o constante aperfeiçoamento e satisfação da pessoa que a ele se dedica. A organização do processo de trabalho é sensível à estrutura interna de produção na medida em que absorve e reflete a relação capital-trabalho e a superestrutura legal que viabiliza o controle do trabalho pelo capital. Quando os sujeitos do trabalho se auto-organizam, de acordo com seus próprios critérios, definem as finalidades do trabalho, cuidam das máquinas, dominam a tecnologia aplicada na produção, o processo de trabalho ganha autonomia. Esses trabalhadores são autônomos, ou voltando à expressão usada pelos filósofos gregos e reutilizada por Marx, vivem o reino da liberdade, uma vez que não trabalham para atender suas necessidades básicas, mas sim dedicam seu tempo ao seu próprio aperfeiçoamento. Portanto, executam trabalho material e imaterial sem qualquer separação, assim como não separam o trabalho da vida, vivendo em unidade consigo mesmo e em harmonia com seu objeto de trabalho. Enquanto isso, uma massa de trabalhadores é mantida pelo poder do capital afastada do resultado do seu esforço produtivo, executa tão somente trabalho material cuja organização do processo, o conteúdo e as finalidades são definidas de forma heterônoma, retirando-o completa e definitivamente do reino da liberdade, condenando-o ao trabalho abstrato, à separação do produto, à separação de si mesmo e de sua própria vida.

Essa contradição é constitutiva da sociedade do conhecimento, conforme veremos na próxima seção. Gorz trata dessa contradição, não exatamente

colocando em oposição de um lado os que vivem no reino da liberdade e de outro os que estão definitivamente presos à vontade do capital. Essa separação não é assim nítida porque o trabalho intelectual não goza de total autonomia e nem o que chamamos de trabalho imaterial (que é autônomo) se subsume no trabalho intelectual. Parte do trabalho intelectual investido na busca de solução de problemas do processo de trabalho e que realiza mentalmente e antecipadamente o resultado do processo a fim de torná-lo mais eficiente e lucrativo tem suas finalidades definidas externamente e em muitos casos se mantém a separação entre a obra e o criador por meio da superestrutura legal que amplia o conceito de propriedade em benefício da racionalidade econômica, portanto, em benefício não daquele que cria, mas sim de quem investe antecipadamente na criação intelectual em troca da garantia prévia de fixação de valor pela apropriação da obra que será criada. Neste caso, a finalidade do trabalho intelectual é apenas a remuneração justa em troca da obra criada e não o crescimento e aperfeiçoamento pessoal, nem a participação na esfera pública através da contribuição individual para o desenvolvimento do saber geral acumulado.

A criação intelectual propriamente dita depende sim de um alto grau de autonomia do trabalhador, especialmente no que diz respeito à organização do seu próprio processo e à definição do seu conteúdo. Contudo, um alto grau não é o mesmo que autonomia completa. O modo de produção pós-fordista – se é que este pode ser um título adequado ao contexto em que o presente debate se desenvolve – tem por princípio a idéia de que o pertencimento do assalariado à empresa deve prevalecer ao sentido de pertencimento à sociedade ou à classe. O trabalho intelectual por si só não é incompatível com o pertencimento à empresa, não impede que os objetivos do trabalhador sejam os da empresa que “instrumentaliza toda a pessoa – suas faculdades de linguagem, sua capacidade de aprender, de prever de analisar etc. – a serviço deste objetivo” (Gorz, *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*, 2004, pág. 48). Assim, o trabalho abstrato conforme definido por Marx – que põe fim às relações pré-capitalistas de submissão pessoal, justamente porque consiste em uma prestação impessoal, “indiferente a seu conteúdo” e independente da personalidade do seu destinatário – vai sendo substituído pela “prestação personalizada, impossível de ser formalizada, difícil de contratualizar” e que acaba por estabelecer uma relação de dependência pessoal mútua, entre trabalhador e patrão, uma dependência específica em relação a certa

peessoa, à sua aptidão de pensar e de agir, criando uma sujeição personalizada (Gorz, *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*, 2004, pág. 48). Para Gorz<sup>10</sup> cria-se assim um novo tipo de contradição ou paradoxo que se caracteriza por uma “autonomia no interior da heteronomia<sup>11</sup>”. “[A]s lutas operárias sempre tiveram como eixo a natureza dos limites que o capital impõe à autonomia do trabalho vivo. Teoricamente, quanto mais se amplia a autonomia, mais deveria radicalizar-se a recusa da heteronomia.” (Gorz, *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*, 2004).

### Conclusão

Na apresentação deste primeiro capítulo foi afirmado que não seria discutida a existência de uma transformação no processo de trabalho, mas sim a natureza da mudança, a fim de demonstrar a sua atuação como agente, ou sua força promotora, de uma transformação social mais ampla. Para tanto, optou-se por adotar categorias gerais de análise que podem ser utilizadas nos diversos contextos e assim contribuir para a explicação que se busca, isto é, colaborar para a compreensão da transformação que está em discussão. Assim, é possível encontrar pontos comuns entre o pensamento da antiguidade e de Marx que podem ser aplicados também à transformação em observação. O que se conclui é que a atividade humana no processo produtivo não é simplesmente uma consequência da estrutura do modo de produção, ou uma mera decorrência das transformações da tecnologia e, conseqüentemente, da organização do processo de trabalho. Os elementos essenciais do processo de trabalho são representados pelo seu conteúdo – sujeito, objeto e instrumentos – que está diretamente relacionado e sob influência da estrutura interna do modo de produção – relação capital / trabalho, mediada pelo regime de propriedade – que, por sua vez atua sobre, ao mesmo tempo em que responde às finalidades do trabalho definidas socialmente – a realização de uma obra que passa a ter sua própria existência e produz efeitos no

<sup>10</sup> Esse comentário está no segundo livro da trilogia de Gorz acima mencionada. O título original é *Misères du présent, richesse du possible*, publicada por Galilée, Paris, 1997. A edição utilizada nesse estudo é a brasileira: André Gorz, *Misérias do presente, riqueza do possível*, Annablume, São Paulo, 2004.

<sup>11</sup> Essa expressão está entre aspas porque André Gorz toma de empréstimo de Maurizio Lazzarato, “Le concept de travail immatériel: la grande entreprise”, *Futur Antérieur*, 10, 1992, pp. 59-60.

espaço público ou a troca da força de trabalho pela satisfação de necessidades básicas. Conclui-se, assim, que o que se transforma, a cada tempo, é a dinâmica da inter-relação entre o conteúdo, a forma, a estrutura e a finalidade do trabalho. Ainda que as relações constitutivas da estrutura de produção permaneçam aparentemente inalteradas, ou apresentem resistência relativamente a mudanças nas relações de poder e de submissão do trabalho vis a vis ao capital, é clara a transformação do conteúdo e da forma, bem como das finalidades do trabalho, transformação essa que é viabilizada pela radical mudança na natureza da atividade humana no processo produtivo, na dedicação que a atividade produtiva demanda e nas faculdades humanas requeridas.

Muito da discussão em pauta sobre a transformação do processo de trabalho visa questionar tratar-se de uma mudança significativa ou simplesmente de uma maneira diferente de falar sobre a mesma coisa; se é ou não exagerado e tendencioso o uso do termo “revolução tecnológica”, e se é válida e a quem interessa, ou de que forma contribui a elaboração de explicações que demonstrem uma nova natureza de sociedade, movida pelo conhecimento – entendido como o saber geral acumulado, mais a capacidade efetiva de lidar e aplicar esse saber acumulado na produção de inovações e mais tudo que se pensa sobre o já sabido e o que ainda precisa ser inventado ou conhecido. Aqui se pretendeu mostrar que para ultrapassar o ponto a respeito de ser a transformação apenas uma nova versão das relações de poder e dominação prevalecentes, pelo menos, desde que o trabalho tem o sentido acima comentado atribuído pelo industrialismo, conforme Gorz afirma, é preciso considerar a totalidade dos elementos do trabalho, portanto, seu conteúdo e forma, sua finalidade e a estrutura de produção que relaciona o processo com suas finalidades.

Gorz sintetiza a dinâmica da totalidade de elementos do trabalho na idéia de autonomia ou heteronomia e desde que se leve em conta as três dimensões da análise: “a organização do processo de trabalho; a relação com o produto que o trabalho tem como objetivo realizar; o conteúdo do trabalho, ou a natureza da atividade que requer e as faculdades humanas que demanda.” (Gorz, 2003). Portanto, a mudança só deveria ser considerada significativa, ou importante em termos de análise visando à criação de modelos ou de teorias que venham a somar ao saber geral acumulado, se o resultado observado representa o efetivo fortalecimento da autonomia do trabalho em detrimento à heteronomia que

caracteriza o modo de produção do capitalismo industrial. No entanto, por este caminho Gorz demonstra que não se trata de definir se o atual estágio produtivo, ou se a totalidade dos elementos do trabalho e das relações de produção anda em direção à maior ou menor autonomia. A grande novidade, ou a expressão que pode resumir a transformação cuja natureza se quer explicar e que por isso se faz importante e significativa, é o crescimento da autonomia dentro da heteronomia. Assim, para os fins determinados para esta seção, de acordo com a apresentação do capítulo, o que se guarda em poucas palavras para a discussão a ser iniciada a seguir, é que a idéia aparentemente contraditória – autonomia dentro da heteronomia – é, ao mesmo tempo, fonte promotora da transformação social que produz a sociedade do conhecimento, ou promove uma nova ontologia social.

## **2. Gênese da Sociedade do Conhecimento**

São muitas as teorias econômicas que se baseiam em estágios de desenvolvimento, independentemente da perspectiva adotada: se liberal o desenvolvimento é auto-motivado, é o efeito automático da propensão humana à troca que gera expansão de mercado; se protecionista, ou nacionalista, o desenvolvimento é um objetivo que para ser alcançado depende da força promotora, do interesse e da iniciativa do Estado na sua prerrogativa e função de autoridade. Para a teoria marxista conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção promovem mudanças no modo de produção. É certo que cada uma dessas perspectivas do pensamento econômico localiza as forças que promovem as transformações sociais em fontes diversas e entende a célula Estado-sociedade, assim como o sistema internacional de forma particular, sempre conforme os seus respectivos objetivos políticos e normativos. Porém, guardadas as devidas diferenças, todas têm um tema comum: o elo ou nexos existente entre, de um lado, o trabalho e, de outro, a acumulação de riqueza e o desenvolvimento econômico como objeto de estudo. Dessa forma, é lugar comum a determinação de paradigmas econômicos que refletem estágios de desenvolvimento em cada época a partir do setor produtivo dominante, ou do modo de produção específico, e assim, diz-se que houve um período de agricultura e extração de matérias primas, depois outro industrial de fabricação de bens de consumo e bens duráveis e

finalmente o atual, no qual “a oferta de serviços e o manuseio de informações estão no coração da produção econômica” (Negri, Hardt, *O Império*, 2000).

As características de cada paradigma e a passagem de um estágio para outro podem ser analisadas por critérios quantitativos ou qualitativos, sendo que dentro de cada um desses critérios é possível analisar a mudança pela comparação de aspectos delimitados e observados estaticamente, como fotografias, ou através da observação do processo cujo desenrolar estabelece um nexo entre alguns fatores e certos resultados, isto é, como imagem em movimento. A análise meramente quantitativa se apoiará em estruturas analíticas que separam a economia da política acreditando ter cada uma das ciências o seu próprio objeto e método de estudo. Portanto, a análise quantitativa fornece os elementos para elaboração de estatísticas através de métodos e modelos da economia que podem comprovar o aumento do produto agregado e do valor produzido por um determinado setor, e comparar o número de pessoas participando de processos de trabalho governados por tecnologias complexas (em termos de conhecimento acumulado) com o número de pessoas participando dos processos de trabalho industriais mecânicos que vinham prevalecendo, ou mesmo demonstrar a intensificação do uso do conhecimento e da tecnologia no processo de trabalho em detrimento da atividade física desempenhada diretamente pelo homem. O esforço físico humano é substituído pela máquina que desempenha função imaginada previamente e controlada pela atividade intelectual motivada pela racionalidade econômica. No entanto, a análise puramente quantitativa não explica porque nem como as relações de produção estabelecidas nas atividades que a estatística indica tendência crescente são diferentes daquelas que vinham prevalecendo, não busca saber as razões que motivam as mudanças de conteúdo e forma do processo de trabalho e quais são seus efeitos, nem como se alimentam as forças que promovem a criação de inovações que mudam drasticamente a natureza da atividade humana.

Da mesma forma, as teorias que adotam métodos quantitativos não discutem os aspectos políticos que atuam sobre mudanças na economia, nem a superestrutura de idéias e leis que atua sobre a estrutura da produção, nem querem entender as mudanças na definição das finalidades do trabalho como sinal de uma transformação social mais ampla. Isso significa dizer, ao final, que não estudam realmente a mudança, mas tentam enquadrar os novos aspectos das relações de

produção em estruturas analíticas e referências do pensamento econômico já passadas e fixas, descontextualizadas e que seguem uma racionalidade puramente econômica. Portanto, são estáticas e ahistóricas. Conforme explica Stephen Hobson, o que torna uma teoria estática e ahistórica, como ele alega serem as teorias de Relações Internacionais, é aceitar o contexto social determinado pelas relações de produção e políticas como dado, ou fixo no tempo para que possa ser explicado e assim contribuir para o desenvolvimento da teoria (Stephen Hobson, *Historical Sociology of International Relations*, 2002). Assim são as análises quantitativas e, por isso, em nada poderão contribuir com a elaboração aqui em andamento de uma idéia ou conceito de sociedade do conhecimento que forneça elementos substanciais para o restante do debate que está em pauta, conforme os objetivos inicialmente propostos.

Por outro lado, uma análise qualitativa mostra que a mudança não se expressa tão simplesmente pelo número de pessoas dedicadas a cada tipo de atividade, ou do produto agregado de cada setor comparativamente. Este é apenas um detalhe, um dos aspectos a ser considerado em uma análise que quer explicar a mudança, que tem como cenário uma dinâmica em constante movimento cuja energia propulsora é alimentada por forças contrárias, ou contraditórias. A passagem de um paradigma para o outro, em uma análise qualitativa genérica, independentemente de qual seja a transformação específica e circunstancia histórica em que se passa, corresponde a uma mudança na hierarquia dos setores produtivos e, ao mesmo tempo, na estrutura interna de organização do setor que deixou de ser dominante, transformando assim seus processos e relações de trabalho. Como exemplo, podemos considerar a modernização, que corresponde à passagem da atividade agrícola para industrial, quando, paralelamente à industrialização, os métodos e processos de produção na agricultura, e, conseqüentemente, as relações de produção, se modificam, não só porque o trabalho servil é substituído pelo trabalho assalariado, mas também porque são desenvolvidas técnicas e ferramentas de produção que transformam o processo de trabalho, diminuindo sua autonomia relativamente ao conteúdo e à forma, transformando-o em trabalho mecânico, heterônomo (na análise de Gorz) e abstrato (de acordo com o conceito de Marx). Da mesma forma agora, em estágio produtivo que alguns autores caracterizam como pós-industrial, mudam também na atividade industrial que era antes dominante o conteúdo e a forma de

organização do trabalho em função da informatização. Muda a natureza da atividade que o processo de trabalho transformado pela tecnologia requer e as faculdades humanas que demanda, e, principalmente mudam as forças motivadoras e constitutivas de uma transformação social profunda que se manifesta, entre outros múltiplos aspectos, pela mudança do paradigma econômico.

Do ponto de vista da Economia Política Internacional, a análise que visa explicar somente a mudança do paradigma econômico, ainda que leve em consideração a transformação da natureza da atividade humana no processo produtivo e do valor produzido e, dessa forma, se baseie em critérios qualitativos, poderá concluir que a passagem para a sociedade pós-industrial, ou sociedade do conhecimento – entendido aqui o termo no sentido estrito de identificação de estágio produtivo através de critérios qualitativos, isto é, pela observação da natureza da atividade humana, seu conteúdo e a forma de sua organização – se caracteriza por um processo de crescimento substancial da importância da estrutura do conhecimento por sobre a estrutura da produção, tornando esta última totalmente dependente da primeira, ou até mesmo se deixando a última ser absorvida pela primeira. Susan Strange, com a finalidade de fazer a síntese da economia política e superar os problemas da divisão positivista entre economia e política como campos de saber independentes, cria um modelo de análise pelo qual se observa a relação entre autoridade e mercado como dois lados de uma mesma balança cujo eixo de equilíbrio é sustentado por uma estrutura de quatro faces. As quatro faces formam uma pirâmide e cada uma é representada por um aspecto essencial do sistema internacional, seja ele entendido a partir de uma visão interna e particular da relação Estado-sociedade, ou a partir de uma visão sistêmica, ou mesmo de um ponto de vista da sociedade em sentido amplo e das relações de produção em sua totalidade. As quatro estruturas que formam a pirâmide são: produção, segurança, crédito e conhecimento. Nenhuma delas é mais importante do que as outras, porém dependendo da configuração da interação entre autoridade e mercado determinada pela combinação de valores particular de cada tempo e de cada lugar, uma das quatro se manifestará com

maior evidência, ou concentrará mais recursos (Strange, 1988)<sup>12</sup>, e assim será crucial para a definição de paradigma econômico, ou estágio produtivo, e para o conjunto de relações de produção, ou, em última instância, servirá de base para uma teoria do valor da qual possam ser retirados os elementos para o desenho de um sistema de economia política – entendido no sentido normativo, como “conjunto de políticas econômicas que têm por fundamento determinados princípios unificadores” (Schumpeter, 1954).

Mas, embora o modelo de análise de Susan Strange que acaba de ser sintetizado seja útil, contribui apenas em parte para o argumento que quer mostrar uma mudança qualitativa nas forças produtivas como fonte promotora de uma nova sociedade, de uma nova ontologia social, na medida em que limita a discussão ao desenvolvimento de um novo paradigma econômico cujo desenho se cria sob restrições determinadas por relações de poder. Isto é, a mudança qualitativa em questão sugere dúvidas e questões que ultrapassam o objeto de estudo da Economia Política Internacional, e assim desafia limites epistemológicos e promove discussões metodológicas. Mais especificamente, o modelo acima sintetizado apresenta desdobramentos importantes relativamente à identificação das fontes de alimentação de recursos de poder estrutural, especialmente os que intervêm na definição de finalidades e propósitos que determinam as regras do jogo das trocas e do funcionamento do sistema e o arranjo entre autoridade e mercado que produz ou viabiliza aquele jogo específico. Portanto, enseja uma discussão e fornece elementos importantes para o último capítulo desta tese, quando a luz é colocada sobre o fio condutor, sobre o nexo de causalidade entre trabalho imaterial, como característico de um novo estágio produtivo, ou hegemônico na sociedade do conhecimento, e a economia política internacional, mais especificamente quando são analisados os recursos de poder produzidos pelo trabalho imaterial e sua distribuição no sistema internacional, ou em outras palavras quando se faz uma síntese a respeito da produção e

---

<sup>12</sup> Posteriormente Susan Strange declarou que teria sido melhor se tivesse usado o título *Authority and Markets*, uma vez que sua análise não é estado-cêntrica, e, ainda que estrutural, não é estática porque observa a relação autoridade / mercado em sua constante dinâmica que produz combinações diferentes a cada tempo. Este é o título de um livro póstumo, composto de artigos escritos por ela em períodos diferentes de sua carreira, sobre temas diversos, inclusive sobre a interação autoridade-mercado como síntese da economia política, organizado por Christopher May e Roger Tooze (2002, Palgrave Macmillan, Hampshire).

distribuição do conhecimento em um cenário de expansão global do modo de produção capitalista de uma sociedade marcada pela necessidade, combinada com a viabilidade, de lidar com um corpo gigantesco de conhecimento armazenado, compactado, catalogado e transformado em mercadoria/informação. Por isso tem sido chamado de capitalismo cognitivo. Mas, a fim de não perder o foco, volto ao objetivo principal desta seção que é identificar na atividade humana, ou a partir da natureza da atividade que o processo de trabalho transformado pela tecnologia requer e das faculdades humanas que demanda, as forças motivadoras e constitutivas de uma transformação social profunda que se manifesta, entre outros múltiplos aspectos, pela mudança do paradigma econômico, e compreender no que resulta essa transformação, isto é, de que é feita e como se reproduz a sociedade que surge como seu produto.

A passagem para a sociedade do conhecimento, ou o “processo de pós-modernização econômica ou informatização” (Negri e Hardt, 2000), é tratada aqui sob esta perspectiva, em busca de estabelecer um elo entre os mecanismos causais representados pelas mudanças qualitativas no sistema produtivo e uma transformação social que envolve inúmeros aspectos econômicos e políticos. Cada um desses aspectos tem seus desdobramentos no âmbito nacional dos Estados e da relação Estado-sociedade, elementos, ou células, que atuam como personagens do sistema internacional – um espaço analítico que permanece determinante para a compreensão dos processos globais – e que são, portanto, relevantes ou intervenientes na passagem que se quer explicar. Em todo caso, o nexos que aqui se estabelece coloca em confronto forças materiais, isto é, mudanças qualitativas na atividade humana dentro do processo produtivo como força promotora de mudanças econômicas e políticas na sociedade em sentido amplo. Mas conforme o argumento acima, isso não dá conta do problema por completo, uma vez que nesta seção se busca o nexos entre as mudanças qualitativas das forças produtivas e a gênese de uma nova sociedade, aqui chamada de sociedade do conhecimento, que não se esgota nos aspectos econômicos e políticos que são relevantes na discussão a respeito do sistema internacional, ou da economia política internacional, e que cria sua própria existência a partir de uma idéia, ou melhor, representa e dá forma à imaginação sobre um espaço de outra natureza. A sociedade definida pelo valor que dá ao conhecimento, ou pela intensificação extrema do uso do conhecimento acumulado no processo de trabalho e que surge

como resultado de uma profunda transformação das forças produtivas capazes de lidar, produzir e acumular cada vez mais conhecimento, e ao mesmo tempo submeter os homens cada vez mais a ele, não lida com as mesmas variáveis que o sistema internacional, e se entende a partir de seus aspectos imateriais. Como diz David Harvey, a idéia de espaço não é limitada a uma categoria material. A produção do espaço não é simplesmente uma ferramenta do capitalismo, mas sim uma forma de tratar as contradições criadas pelo próprio capitalismo ou suas crises cíclicas que se resolvem com a reconfiguração do espaço, mais do que isso com a criação de novas representações espaciais e de novos espaços de representação que alimentam a imaginação, a ficção e a fantasia produtoras de espaços mentais, de um novo tipo de hiperespaço (Harvey, 1990).<sup>13</sup>

Dessa forma, vale esclarecer que os inúmeros aspectos implicados na mudança social mais ampla que caracteriza a passagem aqui em discussão apresentam desdobramentos também no âmbito das teorias que querem explicar a formação de um novo espaço que não corresponde ao sistema internacional ampliado ao máximo, e tem sua própria definição e representação não territorial. Este hiperespaço onde vive a sociedade do conhecimento inclui, além dos problemas de definição espacial mencionados, uma vida virtual aonde redes sociais se formam e se espalham indefinidamente, subjetividades e significados são criados e reproduzidos, o conhecimento é concebido e comunicado, o trabalho imaterial se produz incessantemente. As novas subjetividades e significados e o novo saber produzidos criam novos espaços de representação e novas

---

<sup>13</sup> A discussão sobre o binômio espaço/tempo, sua importância no desenvolvimento do conhecimento produzido ao longo da modernidade, sua função na epistemologia do capitalismo e suas variadas funções constitutivas do pensamento moderno e das múltiplas disciplinas que assumem caráter científico em decorrência das idéias positivistas (ou mesmo sua função no desenvolvimento do positivismo), não será aprofundada neste trabalho. A aceleração do tempo e a compressão do espaço, decorrentes do avanço tecnológico produzido pela capacidade intelectual do ser humano de desenhar mentalmente os acontecimentos antes e independentemente de sua materialização e suas inúmeras e significativas conseqüências, analisadas das mais diversas perspectivas teóricas, é objeto de estudo de diferentes disciplinas, a partir de epistemologias específicas, e tem uma ampla literatura já publicada, e certamente em produção. Para os fins deste estudo esse tema se comenta apenas para compor o desenho de um hiperespaço no qual se desenvolve a sociedade do conhecimento cujo modo de produção se caracteriza por uma força de trabalho que não é consumida em espaço e tempo determinados, isto é, o valor de uso e de troca do trabalho não depende do espaço onde se realiza e nem do tempo despendido. Da mesma forma, na sociedade do conhecimento tempo e espaço intervêm, tanto na circulação como no consumo do resultado do uso da força de trabalho, de uma maneira completamente diferente do que atuava no período da revolução industrial e da produção em massa, portanto, diferente das práticas determinadas pela estrutura do modo de produção do capitalismo industrial e do ciclo econômico conforme sistematizado por Marx em produção, distribuição, troca e consumo.

representações espaciais no processo de elaboração de idéias e de realização do trabalho imaterial – produtos que não se materializam e cujos resultados não se territorializam nem como riqueza e nem como recursos de poder. Portanto, neste caso estamos diante de um processo que coloca em cheque as mudanças qualitativas nas forças produtivas materiais, mais especificamente na natureza da atividade humana, como força promotora da imaginação que desenha uma sociedade cujos membros não compartilham obrigatoriamente uma existência espacial nem temporal, mas compartilham especialmente a representação do espaço e do tempo definida fora e independentemente do espaço e do tempo em que vivem efetivamente.

Alguns chamam a transformação acima discutida simplesmente de globalização, outros identificam um novo paradigma econômico pós-industrial, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, outros entendem como resultado inevitável da tendência expansionista do capitalismo que provoca a reprodução indefinida da estrutura de acumulação. Porém, é preciso deixar claro que não vale se prender à busca de uma definição espacial e nem ao debate sobre a viabilidade e a validade de se comprovar a existência e a natureza deste hiperespaço que se coloca aqui em questão, produzido pelas idéias que surgem das novas subjetividades ao mesmo tempo em que as provocam. O que interessa para a discussão em pauta é compreender a força promotora do trabalho imaterial, das idéias, das novas subjetividades, na criação e reprodução da sociedade do conhecimento entendida como uma nova dinâmica social, superlativa no que se refere à delimitação do espaço analítico, e que não pode ser aceita como uma realidade, um advento, ou o resultado inevitável da evolução tecnológica que decorre da idéia de progresso e do movimento infinitamente expansivo do capitalismo. Assim, revela-se a força promotora do trabalho imaterial na produção de novas subjetividades e significados que criam e mantêm em movimento a sociedade do conhecimento e se esclarece que, de acordo com este raciocínio, esta última reflete uma transformação social significativa marcada pela mudança dos processos produtivos determinantes de um novo paradigma econômico, assim como definem uma nova dinâmica social que é muito mais do que o resultado inevitável da evolução tecnológica decorrente da idéia de progresso.

Ao fim das contas, importam as idéias, ou os princípios normativos, que surgem das subjetividades produzidas pelo trabalho imaterial, ou por esta nova

natureza de trabalho autônomo e de uso intensivo de conhecimento, que funcionam como força promotora da história e que dão forma e existência à sociedade do conhecimento. Charles A. Beard, na introdução à edição de 1955 do livro *The Idea of Progress* (J.B.Bury, 1932) afirma que o governo constitucional e democrático só é possível se a importância das idéias for reconhecida. Não somente para a política, mas para qualquer ramo da atividade humana – na arte, nas letras, na economia ou nos costumes sociais – as idéias são importantes. Por isso afirma-se que existe a idade do despotismo, a idade da razão e a idade da democracia. Para Beard entre as idéias que tem influenciado tanto a vida pública como a privada nos últimos dois séculos (dezoito e dezenove) nenhuma é mais significativa, e nem poderá influenciar mais o futuro, do que a idéia de progresso. Desde que o comércio, as invenções e a ciência natural emanciparam a humanidade, tornou-se possível pensar num imenso futuro para o homem mortal, na conquista do mundo material em prol do interesse humano e na realização das condições de uma boa vida neste planeta, sem qualquer referência ou compromisso com o que virá depois. Bury afirma que a idéia de progresso traça o caminho a ser seguido pela história. Tecnologia é a base da civilização moderna, fornece a força dinâmica de direção inexorável e indica os métodos através dos quais a conquista progressiva da natureza pode ser efetivada. De todas as idéias pertinentes ao conceito de progresso nenhuma é mais importante do que a tecnologia. A introdução do transporte e da comunicação em velocidade, o surgimento da indústria de massa e a conseqüente aglomeração urbana, a divisão do trabalho e o desenvolvimento imprevisível do capitalismo, tudo isso pode ser entendido através da observação da influência da tecnologia sobre toda a atividade humana, inclusive a poesia e a arte<sup>14</sup>.

Bury para os fins de sua explicação trata a tecnologia como meio de materialização da idéia de progresso. O homem por ser racional é motivado por suas idéias em direção ao progresso que, por sua vez, é alcançado através da tecnologia, dessa forma a idéia de progresso é condição necessária para que a tecnologia se movimente no sentido de avanço, e por isso o esforço intelectual

---

<sup>14</sup> Esse tema da atuação da tecnologia na criação intelectual, ou vice-versa, a criação intelectual voltada para o desenvolvimento de tecnologia de produção, bem como as suas finalidades mais amplas de progresso e de expressão do espírito, e, ainda a influência da tecnologia sobre a poesia e a arte em geral será abordada no terceiro capítulo, no estudo do regime de proteção à propriedade intelectual.

consumido para realização desta idéia deve ser premiado, a fim de estimular o seu consumo constante. A idéia de progresso “contém em si o germe da infinita expansão” e possui um elemento ético que “implica que a corrente da história flui em direção desejável, no todo”. (Bury, 1932). Dessa forma, se apresenta como uma “teoria que envolve a síntese do passado e uma profecia do futuro”, e implica que uma condição de “felicidade geral será finalmente alcançada justificando todo o processo de civilização” (Bury, 1932). No tempo em que Bury escrevia, a astronomia representava um limite a ser expandido por meio de tecnologia que materializa o esforço intelectual para a realização da idéia de progresso. Da mesma forma, podemos dizer que hoje o limite a ser expandido é o da compreensão do funcionamento do cérebro humano, até chegar ao seu conhecimento e controle completos e tornar possível a sua reprodução artificial perfeita, até que o homem deixe de precisar, ou seja capaz de se separar de sua própria inteligência. Assim, os limites alcançados pela inteligência movida pela idéia de progresso em busca do bem estar e da felicidade individuais farão restar valor apenas para aquilo que o homem não consegue separar de si mesmo e reproduzir artificialmente, que seja a sua alma, o afeto, ou os sentimentos.

Ao longo da modernidade acreditou-se que há sempre um limite a ser expandido através da realização das idéias do homem em busca do progresso. Os limites se expandem sempre na busca da realização de uma idéia condutora – o progresso – o que se faz através de tecnologia e apoiado em idéias e objetivos que justifiquem aquela idéia primígena condutora, como, por exemplo, a felicidade de cada indivíduo que produz a felicidade da humanidade inteira, o controle da vida em todos os seus aspectos. Através de um processo dessa natureza, em busca da realização da idéia de progresso, o homem desenvolveu tecnologia para reunir, catalogar, organizar conhecimento, em forma de dados que são armazenados e reproduzidos ilimitadamente e assim criou a sociedade do conhecimento – a realização máxima da idéia de progresso. Ao mesmo tempo, nada garante que ao invés da felicidade geral o mesmo processo não leve à realização da maior tragédia que é aquela que David Harvey alega ser produto da lógica de dominação e opressão que decorre da racionalidade iluminista. O desejo de dominar a natureza acarretou o domínio do ser humano por ele mesmo conduzindo-o à condição de auto-domação (Harvey 1990). Mas é assim que se desenvolve a sociedade do conhecimento, movida por forças contraditórias, pelos dilemas

criados pelo homem em busca do progresso, da felicidade e da realização de suas próprias idéias.

O trabalho imaterial, nos seus três aspectos primários – trabalho comunicativo de produção industrial, o trabalho interativo de análise simbólica e resolução de problemas, e o trabalho de produção e manipulação de afetos<sup>15</sup> – constitui a agência que impulsiona as transformações que vêm ocorrendo desde as últimas décadas do século vinte (Negri e Hardt, *O Império*, 2000). Portanto, o trabalho imaterial é a máquina que mantém em movimento e reproduz a vida no Império ou na sociedade do conhecimento e, ainda, que lida com os dramas e dilemas que o homem cria para si mesmo em razão do desenvolvimento tecnológico gigantesco decorrente da idéia de progresso que promove a história contada como a síntese da modernidade. Para os fins da presente discussão, vamos considerar que o Império de Negri corresponde à sociedade do conhecimento. Mas é bom lembrar que o termo sociedade do conhecimento é explorado aqui desde duas perspectivas diversas, efeitos dos problemas ensejados pelas idéias nele contidas e que já foram comentados acima. Uma delas é mais ampla e entende-se como resultado do processo que se quer sistematizar em resposta à primeira parte da pergunta principal formulada na introdução: “como a transformação dos processos de trabalho – observada especialmente nas duas últimas décadas do século vinte com a explosão da tecnologia digital – atua na produção da sociedade do conhecimento?” Sendo assim, o que se pretende é estabelecer um elo entre a transformação do trabalho gerada pelas novas tecnologias de comunicação e informação – entendida como mecanismo causal – e uma sociedade qualitativamente transformada. O que se quer explicar é a dinâmica mutuamente constitutiva dos processos de trabalho, ou da totalidade das relações de produção – da qual participam as inovações tecnológicas e todo o esforço mental dedicado a melhorar as condições de produção tanto do ponto de vista do trabalho como do capital – e as transformações qualitativas da sociedade. O processo, a dinâmica, é, nessa situação, a variável dependente, a sociedade do conhecimento seu produto e a transformação dos processos de trabalho um conjunto de variáveis independentes, se analisada em todos os seus aspectos

---

<sup>15</sup> O conceito de trabalho imaterial será desenvolvido na próxima seção. Essa sistematização de três aspectos primários é usada por Negri e Hardt em *Império* e por Negri em outras obras e artigos em que o trabalho imaterial aparece como força constitutiva de uma nova ontologia social.

discutidos na seção anterior. Dentro dos limites dessa discussão podem dialogar essa noção ampla do termo sociedade do conhecimento e a idéia de Império que tem o trabalho imaterial como sua principal força produtiva conforme a tese de Negri e Hardt e de outros autores que exploram o papel das subjetividades inventadas pelo trabalho imaterial na produção social e na criação de redes que desenham novas representações espaciais e geram recursos materiais e por isso se apresentam como variáveis a serem consideradas no estudo de um processo que resulta em uma transformação social qualitativa importante. Nesse caso, vale repetir, o que se quer explicar é o processo através do qual se estabelece um elo entre a transformação dos processos de trabalho – analisada, em síntese, de acordo com o critério de autonomia / heteronomia – e uma sociedade qualitativamente transformada, portanto, não se trata de comprovar a existência e discutir a relevância da transformação, mas sim sua natureza, seus efeitos, sua relação com outros fenômenos.

A outra noção do termo sociedade do conhecimento comentado acima é mais estreita e se desenvolve sobre a idéia de um espaço superlativo no qual se expande o capitalismo pós-industrial, ou pós-moderno<sup>16</sup>, usando os recursos de poder produzidos no sistema internacional através de regimes que funcionam como instrumentos para a realização de certos propósitos, em síntese a própria expansão global do capitalismo que como um camaleão tem a capacidade de se transformar, seja através da teoria ou de uma superestrutura de idéias e leis, seja através dos recursos de poder determinados pela estrutura da economia política internacional. Nesse sentido serve o modelo de Susan Strange com base no qual se pode desenhar uma sociedade em que a interação entre autoridade e mercado é determinada de forma mais intensa pela estrutura do conhecimento cuja fonte do poder se expressa por uma negativa, através do controle exclusivista do acesso ao conhecimento. Porém, como já foi dito, é um modelo que se aplica em outro contexto analítico que não é a sociedade do conhecimento na concepção analisada no parágrafo acima e por isso não dá conta da questão aqui em discussão por completo, não considerando, por exemplo, a definição das finalidades (o grau de

---

<sup>16</sup> Alguns termos – pós-industrial, pós-fordista, pós-moderno, acumulação flexível, capitalismo cognitivo – usados tanto para os efeitos de análise de estágios produtivos, como para explicar as mudanças nas relações de produção e no modo de acumulação capitalista aparecem de forma intercambiável, sempre relacionados ao mesmo tipo de processo e de fenômeno.

autonomia no processo de definição) do trabalho como critério de observação de mudanças que caracterizam uma nova sociedade. Se o modelo de Susan Strange fosse ampliado, esticado em sua lógica a fim de considerar a estrutura do conhecimento também como determinante das finalidades do trabalho imaterial, indicaria continuidade ao invés da mudança porque favorece a manutenção da heteronomia característica da sociedade industrial. Em outras palavras, porque o poder estrutural alimentado por uma negativa requer que o crescimento da autonomia do trabalho seja obstaculizado, especialmente no que diz respeito ao trabalho intelectual que produz inovações tecnológicas, altera o estado da arte e da técnica e é autônomo na sua essência. De acordo com esse raciocínio a estrutura determinará uma coisa ou outra, isto é, ou o trabalho é autônomo, ou heterônimo.

No entanto, o que se verifica é que no processo de pós-modernização econômica ou informatização as relações são mais complexas e ultrapassam a oposição autonomia / heteronomia. O poder estrutural pretende garantir heteronomia, mas convive com a autonomia que se impõe através da transformação do trabalho, na forma explicada por Gorz, discutida na seção anterior e que será novamente abordada na próxima. No processo de pós-modernização a atividade intelectual autônoma não se liberta por completo da racionalidade econômica que define heteronomamente a finalidade do trabalho, ao mesmo tempo em que não se reduz e nem se regula integralmente por esta racionalidade. O conflito teórico entre dois conceitos de sociedade do conhecimento, um mais estreito e outro mais amplo, demonstra que a compreensão e a conseqüente explicação do significado da heteronomia dentro da autonomia que Gorz debate enseja a análise de todos os aspectos indicados na seção anterior como mecanismos causais no processo de transformação qualitativa da sociedade e esse não é o caminho que a Economia Política<sup>17</sup> busca.

---

<sup>17</sup> A expressão Economia Política aparece com letra maiúscula sempre que a intenção for indicar a disciplina, o campo de estudo no qual esta tese se insere. Vale considerar também as definições de Schumpeter apresentadas em sua obra "História da Análise Econômica" (1954) importantes para a compreensão da metodologia da análise econômica e da sua história. Para ele as ideologias, ou sistema de idéias, são importantes na história da análise econômica, na medida em que o analista é produto do seu próprio tempo, e, portanto, vive problemas de desvio ideológico quando faz a análise. O que Marx chama de ideologias, Schumpeter chama de sistema de idéias que estão vinculadas a contextos específicos e servem para glorificar os interesses e ações de classe. Outro problema para a análise econômica são os julgamentos de valor que se misturam à mera observação de fenômenos, o que significa dizer que para Schumpeter a economia vista como ciência, no sentido positivista, não leva em conta a subjetividade do pesquisador, provocando erros

Diferentemente do olhar que se desenvolve por meio de uma lente sociológica como aquela usada por Gorz mesmo quando suas referências são as categorias gerais e a lógica da teoria marxista, no debate teórico da Economia Política Internacional a perspectiva estruturalista que é cética em relação às teorias que afirmam mudanças qualitativas profundas e a existência de uma revolução social provocada pelas novas tecnologias<sup>18</sup>, não adota a totalidade das relações de produção como um conjunto de variáveis independentes – os fatores elementares do processo de trabalho, a estrutura interna do modo de produção e as finalidades do trabalho – que explicam a dinâmica da relação constitutiva da produção social e uma transformação mais ampla, e assim, não busca entender essas mudanças. A hipótese de que a transformação dos processos de trabalho conforme discutida na seção anterior constitui um mecanismo causal que tem um elo com os resultados que refletem uma transformação qualitativa social profunda e que orientam as teorias que se desenvolvem para explicar esse elo ou processo, não dialoga, ou não parece relevante, para a Economia Política Internacional. As ferramentas teóricas de que a disciplina dispõe e parece pretender ainda desenvolver concentram atenção na produção, circulação e distribuição de riqueza, na atuação de relações de poder na economia, a natureza desse poder, suas ferramentas e fontes de produção e seus efeitos sobre o sistema internacional. Assim, observam a continuidade de uma determinada estrutura que vem prevalecendo desde o período industrial fordista, ou desde que o modo de produção capitalista apresenta

---

teóricos. Sobre economia política ele separa em: Sistemas de Economia Política – conjunto de políticas econômicas que têm por fundamento determinados princípios unificadores; Pensamento Econômico – soma de todas as opiniões e desejos referentes aos assuntos econômicos, especialmente aqueles que pertencem ao espírito público. No caso específico que ensejou a inclusão desta nota vale a idéia de Pensamento Econômico.

<sup>18</sup> Aqui me refiro à crítica de Susan Strange às teorias de regime, especialmente o artigo “Cave! Hic dragons: a critique of regime analysis” publicado no livro de Stephen Krasner – *International Regimes*, 1983, Cornell University Press, Ithaca – que apóia toda a crítica à teoria de regimes ou aos institucionalistas em sentido amplo, vistos como conservadores porque os regimes visam defender certos propósitos, principalmente a reprodução da estrutura de distribuição de vantagens obtidas através da operação dos mesmos. De acordo com as teorias estruturalistas a mudança em questão alcança somente a importância de cada um dos elementos da estrutura da economia política internacional e a fonte que alimenta o poder estrutural. A outra noção do termo sociedade do conhecimento que está aqui em discussão é a que vem sendo adotada, em versões variadas, pelos autores pós-estruturalistas que baseiam suas teses na crítica às visões presas à célula prática/estrutura mesmo quando ultrapassam a discussão sobre qual das duas prevalece. Negri, por exemplo, defende o afastamento da epistemologia estruturalista por envolver um método que “sacrifica a dinâmica do sistema, a temporalidade criativa de seus movimentos, e a substância ontológica da reprodução cultural e social” (Cinco Lições sobre Império, DP&A Editora, 2003). Ele busca um entendimento pós-estruturalista que renova o pensamento materialista e se apóia na questão da produção do ser social.

uma estrutura que viabiliza a imposição pelo capital de rígida disciplina do trabalho – o que depende da ausência completa de autonomia na totalidade de seus fatores – como condição sem a qual não se produzirá o lucro que o capital necessita para sua constante expansão ou sobrevivência. Em outras palavras, o que se observa aqui é que a transformação dos processos de trabalho ocupa outro espaço ou tem outra função para as teorias e modelos analíticos da Economia Política Internacional como campo de estudo. Assim, a sociedade do conhecimento não aparece como resultado da transformação desses processos e nem se estabelece uma correlação entre os dois, porque para se estabelecer essa correlação é preciso aceitar como verdadeira a hipótese de que existe uma transformação tanto nos processos de trabalho, como na sociedade em sentido amplo e que esses eventos ou processos são relevantes e mutuamente determinantes.

Christopher May<sup>19</sup>, em *Information Society* (Polity, 2002) afirma que na sociedade da informação muita coisa continua exatamente como tem sido, mantendo-se a mesma divisão do trabalho entre os que possuem e dirigem as empresas e os que trabalham para ela, pelo menos em termos de distribuição de resultados ou compensação. Para May, que se apóia no modelo teórico de Susan Strange, além de outros autores céticos em relação à existência de um fenômeno irreversível chamado de globalização, a estrutura de distribuição se mantém igual na era da informação e a grande e única transformação significativa é o tipo de coisa ou bem que produz valor e riqueza. Costumava ser o controle acionário das grandes empresas, ou a terra e bens imóveis, ou as commodities, de acordo com a versão ou perspectiva da teoria do valor adotada. Hoje em dia têm valor os bens

---

<sup>19</sup> May é um dos organizadores do livro póstumo de Susan Strange – *Authority and Markets: Susan Strange's Writings on International Political Economy*, 2002, Palgrave Macmillan – que reúne artigos escritos ao longo de toda sua carreira, desde o tempo em que atuava como jornalista, e visa justificar a alegação da autora de que deveria ter adotado em sua tese a interação entre autoridade e mercado como a síntese da economia política, ao invés de Estado e mercado conforme adotou, desde o título, na obra acima mencionada. May compartilha a crítica de Susan Strange ao uso de termos como “revolução tecnológica” quando a estrutura de produção e distribuição dos resultados promovidos pela inovação tecnológica e sua aplicação nos processos produtivos permanece a mesma, ou seja, é determinada pela estrutura do conhecimento que permanece inalterada relativamente à fonte que alimenta o poder estrutural dela derivado. Muda apenas a inter-relação entre as estruturas formadoras do eixo de equilíbrio da interação autoridade-mercado, mas enquanto essa mudança não produzir uma nova estrutura de distribuição de resultados, ou mesmo a renovação das fontes que alimentam o poder estrutural, não se pode dizer que seja relevante ou que se deva analisar como mudança ao invés de uma nova configuração ou aparência daquilo que vem prevalecendo.

intelectuais, a capacidade de produzir conhecimento, os direitos sobre criações artísticas ou sobre processos inovadores e novas tecnologias. Trata-se de propriedade intelectual e que apesar de diferente da propriedade material mantém a divisão estrutural entre os que têm e os que não têm. A partir daí podemos afirmar que May se limita a explicar uma mudança que diz respeito exclusivamente à natureza do bem que contém valor e produz riqueza e faz isso a partir da teoria do valor disponível, que se baseia no regime de propriedade como ferramenta para produção de escassez e conseqüentemente para criação de valor, conforme será estudado no próximo capítulo. Portanto, o que May contesta são as teorias liberais globalistas que pressupõe, ou tomam como certa e comprovada, a existência de uma nova sociedade, ou de uma transformação social qualitativa que não precisa ser explicada porque é natural e inevitável, é uma função do desenvolvimento tecnológico que, por sua vez, é tido como autônomo e exógeno. Por isso, cita a obra de Lewis Mumford, importante historiador da tecnologia que May alega afirmar ter sido a moral, a economia, a escolha política, e não a tecnologia sozinha e por vontade própria que produziram a economia capitalista industrializada orientada pela máquina. Para May as teorias deterministas relativamente ao movimento linear, constante e autônomo do progresso tecnológico se fundamentam em pressupostos dos quais discorda e através da crítica apresenta sua visão cética<sup>20</sup> a respeito da existência de uma transformação social que mereça ser chamada de revolução.

Da mesma forma que os autores que concentram a discussão na estrutura da economia política internacional ou na estrutura da produção que determina cada estágio produtivo, e diferentemente do que discutem vários outros autores desde a perspectiva das novas subjetividades que ao mesmo tempo são criadas e

---

<sup>20</sup> A visão cética que Christopher May alega ter em relação às teorias que adotam como premissa, ou como certo e inevitável, o desenvolvimento de uma nova sociedade dominada pela tecnologia é adequada à classificação de David Held e Anthony MacGrew – *Prós e Contras da Globalização*, 2001, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro – para as diversas teorias, ou perspectivas de análise da globalização. Os autores dividem o debate sobre globalização em dois grandes blocos – céticos e globalistas – e resumem as idéias de cada um deles a respeito de seis temas: conceitos, poder, cultura, economia, desigualdade e ordem. Os autores reconhecem que há uma “diferença marcante entre os tipos de provas oferecidas pelos dois lados. (...) [E]mbora existam, é claro, diferenças muito significativas entre (e dentro de) cada um dos campos, há um certo terreno comum” (pág. 92-93) que promove o debate.

promovem a transformação qualitativa da sociedade, May limita sua discussão<sup>21</sup> à estrutura do modo de produção, concluindo que a relação trabalho / capital se mantém inalterada, mediada por um regime de propriedade que se baseia em um conceito ampliado de propriedade garantindo, assim, a manutenção da estrutura de distribuição de resultados em favor daqueles que detém os recursos de poder estrutural alimentados pelo domínio do conhecimento. Por isso, a crítica às quatro afirmações que constituem os pressupostos das teorias que explicam o surgimento de uma nova sociedade é a base da sua tese que visa demonstrar ser exagerado o uso de termos como “revolução tecnológica” e surgimento de uma “nova sociedade”. Para May trata-se de uma nova forma de exercer o mesmo tipo de relações de produção constitutivas da sociedade. Entende-se, por esse raciocínio, que a crítica de May se dirige às teorias que explicam a globalização como uma transformação social significativa e sem precedentes e em troca propõe o uso de teorias que possam demonstrar a repetição de certas relações e que as mudanças observadas são circunstanciais e não estruturais. Seguindo este raciocínio conclui-se que quando se quer demonstrar a repetição de certos resultados nas relações de produção gerados por continuidades na estrutura de produção as variáveis envolvidas são outras, diferentes daquelas que têm importância quando se quer demonstrar que há mudança representada por uma nova estrutura de organização da atividade produtiva, gerada por novas subjetividades que surgem das transformações dos processos de trabalho. Mas é importante esclarecer que a crítica de May se dirige às teorias que aceitam a mudança como efeito inevitável que existe por si mesmo e que não precisa ser discutido. Por outro lado, ele

---

<sup>21</sup> Vale observar que Christopher May não diferencia e nem discute ao longo de todo o livro a sua escolha do termo informação, ao invés de conhecimento, nem se aprofunda na diferença conceitual entre os dois, apesar de também não usá-los de forma intercambiável, ou seja, limita sua discussão à produção e acesso à informação, mas não se detém na definição do conteúdo do termo, da mesma forma que não o faz em relação ao termo conhecimento mesmo quando mencionado. Por outro lado, importante esclarecer que a presente observação tem a finalidade exclusiva de chamar a atenção sobre uma pergunta que se destaca do próprio título do livro de May, não porque seja relevante para a discussão em andamento a respeito da força promotora de uma transformação social mais ampla que tem a atividade humana sob impacto do uso da tecnologia digital no processo de trabalho. Nesta seção está em discussão a sociedade do conhecimento como resultado de uma nova dinâmica social promovida pela mudança da natureza da atividade humana no processo produtivo e, conseqüentemente, da totalidade das relações de produção. Em outras palavras, uma sociedade em que a autonomia do trabalho apresenta tendência crescente, ainda que dentro de um ambiente cuja estrutura se baseia na heteronomia, representada pelo uso criativo e inovador de um saber geral acumulado cada vez mais amplo e na qual o valor é produzido pela criatividade e a capacidade de usar de forma inovadora este saber geral acumulado.

também não discute o processo que se desenrola pela atuação de uma série de fatores, cada um deles com sua própria dinâmica e que atuam como mecanismos causais dentro de um quadro de uma nova realidade social e cuja compreensão poderá contribuir para o desenvolvimento de conhecimento. May critica o determinismo que não questiona a natureza da transformação, mas, da mesma forma que as teorias que critica, ele não abre espaço para considerar outras variáveis e a atuação de forças que ensejam o desenvolvimento de novas teorias.

Os quatro pressupostos aceitos como verdadeiros e inevitáveis e que caracterizam a nova sociedade, ou uma mudança qualitativa na natureza da sociedade e da totalidade das relações de produção constitutiva de um novo paradigma produtivo, econômico, político e social e que May critica para demonstrar seu ponto de vista cético são: i) que estamos experimentando uma revolução social; ii) que a organização das relações econômicas foram transformadas; iii) que as práticas políticas e as comunidades envolvidas estão mudando; iv) que o Estado e sua autoridade estão em declínio terminal. May quer demonstrar que qualquer discussão a respeito da sociedade da informação depende de se adotar as quatro afirmações como premissas ou como hipóteses já comprovadas. Em outras palavras, para Christopher May a sociedade da informação é uma idéia que se baseia nessas afirmações como verdadeiras e indiscutíveis, ou pelo menos entende ser desnecessário questioná-las ou prová-las.

Deixando de lado o debate específico acerca das quatro hipóteses recomenda-se manter o foco sobre a idéia de nova sociedade que se quer comprovar ou desmentir. Para May a origem da idéia de uma sociedade da informação pode ser traçada desde que foram desenvolvidos estudos com base em estatísticas a respeito do valor produzido por certas atividades que passaram a ser consideradas como integrantes do setor do conhecimento. Uma vez delimitado um setor do conhecimento e as atividades que o integram tornou-se possível demonstrar os movimentos dos números traduzidos nas estatísticas feitas com base no valor agregado produzido por essas atividades, até chegar à afirmação de que a base da economia havia mudado do trabalho manual para o conhecimento, que o valor havia sido transferido dos bens e mercadorias para o conhecimento. Em outras palavras, o critério de observação da mudança é quantitativo e a evidência consiste de resultados de estatísticas, portanto, não considera a natureza das relações de produção que se desenvolvem na realização das atividades

analisadas a fim de produzir as estatísticas. Christopher May menciona vários autores que desenvolveram seus estudos a partir dessas primeiras estatísticas formando, ao longo de algumas décadas, um número significativo de teses sobre a economia e a tecnologia da informação. Para ele os estudos sobre a sociedade da informação e da comunicação pressupõem a sua existência e assim reforçam a dinâmica que alegam observar, o que significa dizer que observam uma dinâmica a partir de conceitos construídos a priori e, portanto, têm função normativa. Assim, contribuem para a compreensão de uma nova realidade socioeconômica como um evento autônomo e auto-realizável e não como hipótese a ser testada, isto é, adotam teorias e métodos que visam explicar uma mudança através de critérios quantitativos que produzem estatísticas das quais participam um número reduzido de variáveis. Por outro lado, não se sustentam como mudanças, ou configuram hipóteses que não podem ser comprovadas se adotados critérios qualitativos e observada a natureza das relações de produção que se estabelecem nas atividades analisadas como indicadores de mudança.

Em resumo, Christopher May quer mostrar que as teses que falam em mudança não se sustentam primeiro porque se limitam a fazer análises quantitativas que podem se repetir nas mais variadas situações e segundo porque quando o foco de atenção é a estrutura de produção, o que se percebe é a continuidade, a repetição da mesma estrutura de produção e distribuição de recursos, independentemente da comparação adotar critérios qualitativos ou quantitativos. A fim de avançar na explicação de sua visão cética, ou no desenvolvimento de uma teoria negativa da sociedade da informação<sup>22</sup> May observa outro ponto polêmico. Ele mostra que muito se discute se a dinâmica da sociedade da informação é de abertura – no sentido de movimento expansivo ou de compartilhamento e de inclusão – ou de fechamento – no sentido de individualização e definição de limites de acordo com o conceito e o regime de propriedade, entendendo-se o termo como adiante atribuído a Kurt Burch: um sistema de identificação e alocação de recursos (Burch, 1988). A definição dele de sociedade da informação é estreita, isto é, se baseia em um conceito estreito que ele rejeita porque é formulado a partir de estatísticas e análises puramente

---

<sup>22</sup> Conforme observado acima May usa o termo sociedade da informação como indicativo de uma transformação que ele quer mostrar que não existe.

quantitativas. Assim, ele alega que os autores que adotam como certa a existência de uma nova sociedade se baseiam exclusivamente nas inovações tecnológicas que se apresentam como autônomas ou exógenas, como se tivessem vida própria e se desenvolvessem por si mesmos, podendo mesmo se transformar em um problema fora do controle do homem que pensa se beneficiar desses avanços. Nesse sentido, discute-se se a tecnologia, ou as mudanças que provoca, caminha no sentido de abertura, ou de expansão e inclusão, ou no sentido de fechamento e reforço dos recursos alimentados por regimes exclusivistas e monopolistas, como o regime de propriedade. Discute-se se a tecnologia se desenvolve em prol da autonomia do trabalho ou para a vantagem da tendência concentradora e monopolista do capital em detrimento da liberdade e valorização individual.

Para aqueles que identificam uma tendência de fechamento, ou individualização, ou reforço dos mecanismos exclusivistas e monopolistas alegam que a sociedade da informação se define por, ou pelo menos envolve, a intensificação das relações de propriedade, incrementando o poder de quem detém o conhecimento em suas várias formas. A habilidade para transformar a informação e o conhecimento em direito de propriedade intelectual indica que a sociedade da informação representa a expansão do capitalismo moderno, argumento que se aplica à discussão que é o tema principal do capítulo três adiante. O que importa aqui é observar que essa é uma visão que se preocupa em mostrar a continuidade da estrutura prevalecente da economia política capitalista da modernidade, especialmente do capitalismo industrial dos últimos séculos e não dá conta de todos os aspectos envolvidos na discussão ensejada pela noção mais ampla do termo sociedade do conhecimento abordado acima. A discussão que May diz existir entre os que observam uma transformação de tendência expansiva e inclusiva e aqueles que alegam, ao contrário, tratar-se de tendência cada vez mais exclusivista e concentradora é limitada a um determinado aspecto relacionado com a estrutura do modo de produção transformado pela tecnologia e não leva em conta a transformação dos processos de trabalho em todos os seus aspectos conforme discutidos na seção anterior, ou seja, do ponto de vista da autonomia ou heteronomia do seu conteúdo e forma, da estrutura interna da produção e das suas finalidades, simultaneamente ou cumulativamente. Para May é suficiente para comprovar sua tese cética em relação à existência de uma mudança substancial a verificação de que a justificativa para tratar o

conhecimento como objeto de propriedade é a mesma, ou seja, a eficiência; o regime tem a finalidade tornar mais eficiente todo o processo de produção e distribuição do conhecimento, entendendo-se a idéia de eficiência de acordo com a racionalidade estritamente econômica que vem prevalecendo no sistema capitalista, e assim justificar a manutenção da estrutura de produção que é determinada pelos recursos de poder daqueles que detêm a informação e o controle de acesso.

Por outro lado, aqueles que alegam uma tendência extensiva e inclusiva, como fazem os globalistas<sup>23</sup>, explicam que na medida em que as novas tecnologias permitem o aumento do acúmulo e da disponibilidade de informação oferecida livremente desafiam a compreensão, e conseqüentemente comprometem a eficiência, do regime de propriedade, como se este representasse de fato uma força contrária ao movimento espontaneamente extensivo e inclusivo que as redes de difusão de conhecimento e informação proporcionam. Neste caso essa dinâmica ou tendência inclusiva parece natural, enquanto a tendência, ou a dinâmica exclusivista se apresenta como uma ameaça, ou anomalia, obstáculo ao natural e irreversível desenvolvimento tecnológico, ao seu acesso por um número cada vez maior de pessoas em qualquer lugar do globo terrestre. A partir daí se cria uma utopia que se realizará em uma sociedade capaz de se auto-governar, de estabelecer a livre comunicação entre todos igualmente, sem qualquer obstáculo de acesso ao saber geral acumulado e capaz de tornar este fluxo livre uma realidade diferente daquela que se estabeleceu na sociedade industrial, ou de acordo com o conjunto de relações que prevalecia no capitalismo industrial. Esta parece ser a perspectiva adotada por alguns movimentos sociais, tais como *software* livre, *creative commons*<sup>24</sup>, redes de luta em prol do acesso livre ao

---

<sup>23</sup> O termo globalista é usado aqui em oposição à perspectiva cética adotada por May, de acordo com a sistematização de Held e McGrew comentados em nota de pé de página anterior.

<sup>24</sup> De acordo com a explicação publicada na Wikipedia - [pt.wikipedia.org/wiki/Creative Commons](http://pt.wikipedia.org/wiki/Creative_Commons) - "*Creative Commons*" (também conhecido pela sigla CC) pode denominar tanto um conjunto de licenças padronizadas para o uso livre e compartilhado de obras e informação (copyleft), quanto a homônima organização sem fins lucrativos norte-americana que redigiu essas licenças, que mantém a sua atualização e promove a discussão a respeito das mesmas. As licenças Creative Commons foram idealizadas para permitir a padronização de declarações de vontade no que diz respeito ao licenciamento e à distribuição de obras intelectuais em geral (textos, músicas, imagens, filmes e outros), de modo a facilitar seu compartilhamento. As licenças permitem que autores de obras artísticas e literárias (ou detentores de direitos sobre essas obras) possam se abster de exercer seus direitos exclusivos em favor do acesso e o uso livre pelo público. Isso pode ser operacionalizado por meio de licenças prontas para

conhecimento protegido por propriedade intelectual e mais especificamente aos medicamentos protegidos por patentes. Tais movimentos pressupõem uma transformação social qualitativa significativa que carece de teorias para explicar e comprovar a tendência expansiva e inclusiva das novas tecnologias de informação e comunicação que permitem que o armazenamento e acumulação do conhecimento sejam infinitos e sua difusão global e instantânea.

Mas o que chama atenção nessa discussão sobre as tendências inclusivas ou exclusivas apresentadas por May é o interesse do autor pela atuação de forças contrárias, muito mais do que sobre a decisão a respeito da dúvida que se coloca, ao observar que são esses contrários expansivos e ao mesmo tempo restritivos que poderão movimentar uma transformação qualitativa da sociedade. Ele afirma que o fato de ser cético quanto à existência de uma sociedade da informação, não significa não reconhecer que existem forças contrárias em ação que criam tensões cuja solução ainda não se pode prever, mas sim que as teorias que afirmam a sua existência não se dão conta dessas forças contrárias. Para ele, a falta de solução para as tensões é a chave para a compreensão das mudanças que se passam dentro da sociedade da informação e que produzem seu desenvolvimento (May, 2002, pág. 35). Conclui-se que ao criticar as teorias que falam de uma nova sociedade sem discutir a natureza da mudança e com base em argumentos quantitativos desenvolvidos a partir de estatísticas cujos critérios foram elaborados a priori e têm função normativa, o raciocínio de May pretende contribuir com o desenvolvimento de ferramentas teóricas adequadas à observação e capazes de dar conta das forças contrárias que provocam mudanças comprovadamente relevantes. Mesmo que essas mudanças ainda não tenham ocorrido são consideradas relevantes justamente pelo seu potencial crítico e porque se sustentam diante de argumentos teóricos que adotam critérios qualitativos cujo ponto de partida é a

---

serem agregadas às respectivas obras. A respeito do sistema CC, assim como de outros métodos de suspensão do exercício do direito de propriedade garantido pelo regime da Propriedade Intelectual, conclui-se que são legitimadoras do regime na medida em que procuram caminhos para a aplicação automática de exceções a certas regras em determinadas situações. Enquanto se trata o regime como um obstáculo e se busca a normatização do uso de exceções à sua aplicação não se questiona nem a estrutura que determina os princípios que regem o regime em favor dos interesses daqueles que detém os recursos de poder, nem a força crítica da própria transformação do trabalho que está aqui em discussão e que propõe uma nova compreensão da relação entre propriedade e produção de valor.

estrutura de produção e distribuição de vantagens e resultados derivados das mudanças em questão.

De todo modo, o ponto de vista de May, ou aquilo que quer explicar e a contribuição teórica que pretende dar, dialoga somente com alguns aspectos do conceito de sociedade do conhecimento em destaque nesta seção. De acordo com a noção mais larga do termo, no espaço em observação se percebe o enfrentamento entre, de um lado, a tendência cada vez mais forte à completa autonomia do trabalho e, de outro lado, a autonomia reprimida dentro de um ambiente em que a heteronomia é estrutural, e não simplesmente aquilo que é relevante para a economia política em termos da teoria do valor, isto é, o confronto direto e as diversas combinações resultantes entre autonomia e heteronomia, ou entre capital e trabalho, ou entre trabalho abstrato e trabalho concreto, ou entre estrutura e prática. Este tipo de oposição não privilegia a dinâmica das forças que estão em jogo, o processo que estabelece o elo entre os mecanismos causais identificados na observação da transformação do trabalho e os resultados produzidos em termos de uma transformação social mais ampla. A noção de sociedade do conhecimento que está em jogo aqui é a de um hiperespaço produzido pelas idéias, desenhado por representações do espaço e do tempo definidas pelas novas subjetividades e significados resultantes do trabalho imaterial ou da atividade humana profundamente transformada pela tecnologia que permite a acumulação infinita de conhecimento combinada com rapidez, facilidade e automação na sua catalogação, recuperação e aplicação. Portanto é uma definição por si mesma problemática uma vez que resulta da confrontação de forças materiais – a transformação da natureza da atividade humana no processo de trabalho – com idéias e conceitos que criam um espaço analítico que não se define territorialmente ou materialmente, mas exclusivamente na imaginação das pessoas que o habitam.

Manuel Castells fala de uma sociedade em rede que resulta de um processo de transição histórica (para a sociedade do conhecimento, ou para o Império de Negri) que cria uma nova estrutura social caracterizada pela mudança de fornecimento e consumo de produtos para serviços, pelo surgimento das profissões administrativas e especializadas e pelo crescente conteúdo de informação no trabalho. Essa nova estrutura social dá origem a uma sociedade informacional, que organiza seu sistema produtivo em torno de princípios de

maximização da produtividade baseada em conhecimentos, por intermédio do desenvolvimento e da difusão de tecnologias da informação e atendimento aos pré-requisitos de sua utilização. Na década de 1990, vários fatores aceleraram a transformação do processo de trabalho. A difusão maciça das tecnologias da informação permitiu a substituição do trabalho codificado em seqüências programáveis pelo trabalho que requer capacidade de análise, de decisão e de reprogramação em tempo real, “em um nível que só o cérebro humano pode dominar”. O valor agregado pela atividade humana é gerado principalmente pela inovação e a capacidade de inovação está diretamente ligada à utilização da tecnologia da informação no processo de trabalho (Castells, 1996, pág. 54). Voltaremos a discutir a sociedade em rede de Castells na próxima seção.

Embora o conceito de sociedade do conhecimento em discussão possa se apresentar em várias versões é importante lembrar que partimos do pressuposto que o debate a respeito dessas várias versões se localiza principalmente no campo da força promotora das idéias, na forma do argumento de Bury relativamente à idéia de progresso como fonte promotora da modernidade, ou como filosofia da mudança em direção à expansão dos limites intelectuais do ser humano. O trabalho imaterial, como produtor de idéias, promove a existência e a vida na sociedade do conhecimento, ao mesmo tempo em que cria uma nova divisão do trabalho discriminatória e excludente para quem ainda pratica atividades físicas e mecânicas, ou participa de um processo de trabalho no qual a atividade humana se reduz ao trabalho geral e abstrato, como na crítica marxista. Concomitantemente às transformações dos processos industriais que foram informatizados aprofundando a divisão entre o trabalho exercido dentro da fábrica e o trabalho de controle da operação fabril, desenvolve-se uma enorme cadeia de serviços de valor agregado. Do ponto de vista da Economia Política Internacional, de acordo com Robert Reich, o alto valor que caracteriza a produção capitalista do final do século vinte depende de três aptidões: aptidão para resolver problemas, habilidade para auxiliar clientes a entender suas próprias necessidades e para juntar os solucionadores de problema com os identificadores de problemas. O alto valor depende de pessoas capazes de gerenciar idéias (Robert Reich, 1992). O produto capitalista do final do século se transforma basicamente em serviço, bem intangível, modificando radicalmente os critérios e os meios de produção industrial e agrícola e conseqüentemente a organização do espaço e das relações

de produção. A atividade de serviços produz mais valor e lida com um grande volume de informações e ao crescimento deste tipo de atividade (analisado quantitativamente), bem como do número de tarefas da atividade industrial que foram absorvidas pelas máquinas que dependem de pessoas que atuam na área de serviços, corresponde um crescimento no número de empregos de baixo valor e pouca qualificação que se ocupa, entre outras coisas, do manuseio rotineiro de processamento automatizado e arquivamento de dados. O que significa dizer que no âmbito do trabalho imaterial existe uma divisão de trabalho determinada pelo valor agregado por cada uma das tarefas que formam uma longa cadeia de serviços. Quanto maior a autonomia do trabalho – entendido o termo “trabalho autônomo” conforme discutido na seção anterior – mais valor a atividade humana individualizada produz no resultado final da produção social.

No entanto, ao contrário do que se poderia esperar de um mundo dominado pelo conhecimento, com a informatização da produção a diversidade e a autonomia do trabalho concreto (de acordo com a teoria marxista trabalho que produz obras, que desenvolve um laço definitivo entre trabalhador e produto), em certos aspectos tendem a ser reduzidas, e o trabalhador a se afastar cada vez mais do objeto do seu trabalho. “Em períodos anteriores, entretanto, as ferramentas geralmente estavam relacionadas, de forma mais ou menos inflexível, a certas tarefas ou grupos de tarefas; ferramentas diferentes correspondiam a atividades diferentes (...). O computador se apresenta, em comparação, como a ferramenta universal, ou melhor, como a ferramenta central, pela qual deve passar toda e qualquer atividade. Mediante a informatização da produção, portanto, o trabalho tende à posição de trabalho abstrato” (Negri e Hardt, 2000, pág. 313). Além disso, a “descentralização e dispersão global dos processos e lugares de produção, características da pós-modernização e da informatização da economia, provocam uma centralização correspondente da produção” (Negri e Hardt, 2000, pág. 318). O controle de toda a cadeia produtiva pode se dar remotamente de um ponto centralizado e controlado por computadores e redes. “A dispersão geográfica da atividade fabril criou uma demanda por administração e planejamento cada vez mais centralizada, e também por uma nova centralização de serviços de produção especializados, especialmente serviços financeiros” (Negri e Hardt, 2000, pág. 318).

Na sociedade do conhecimento algumas atividades serão cada vez mais particularizadas e personalizadas e outras cada vez mais impessoais e homogeneizadas. A produção informatizada e controlada de forma autônoma e centralizada por quem lida com idéias e fornece os serviços de alto valor automatiza integralmente toda e qualquer atividade de produção em massa de mercadorias, e assim, a torna homogênea e heterônoma em grau mais profundo do que no período de desenvolvimento industrial. A idéia do trabalho imaterial como hegemônico na sociedade do conhecimento não anula a relevância dos processos produtivos da indústria que permanecem em vigor, porém informatizados, transferidos e concentrados em certas regiões do mundo aonde a mão de obra trabalha em condições mais favoráveis para o capital – em termos de remuneração ou de controle – e controlados remotamente por quem se insere no setor de serviço, agrega mais valor e transforma o controle em recursos de poder estrutural. Da mesma forma como não torna irrelevantes os processos produtivos primitivos que ainda persistem em alguns cantos do mundo aonde a modernização nem sequer chegou. As contradições, ou a atuação de forças contrárias na promoção do desenvolvimento da sociedade do conhecimento, demonstram que nela convivem – ainda que através da exclusão – paradigmas econômicos diversos com seus processos produtivos específicos, cuja análise e compreensão não são suficientes para comprovar e nem para dar conta da sua própria existência.

### **Conclusão**

Para além dos paradigmas econômicos cuja transformação é objeto de estudo da Economia Política Internacional, quando a questão central é a dinâmica das transformações sociais movida por contradições, ou por forças contrárias, há que se discutir o grande paradoxo da pós-modernidade: a necessidade de vencer as crises cíclicas do capitalismo, as crises de superprodução, de superpopulação, e todos os outros males que decorrem do progresso em busca da felicidade geral, fez o homem usar sua capacidade intelectual, da mesma forma que usa para dominar a natureza por completo até chegar a controlar o próprio mecanismo de criação e reprodução da vida humana, para dominar o espaço através do controle do tempo, e vice-versa. E assim, o homem produziu uma revolução tecnológica que, por sua vez, produz uma sociedade sem tempo e sem espaço. Nessa

sociedade sem tempo e sem espaço o capitalismo com sua eterna necessidade vital de produzir lucro finalmente pode ocupar o globo completo de uma só vez. Assim surgem as perguntas que ainda estão para ser respondidas: esse modo de produção/distribuição e acumulação de riqueza desmaterializada dominada pela tecnologia pode mesmo tomar conta do globo completo ou esta é a principal ilusão que a tecnologia produz? E se for possível, o que acontece depois? Se o tempo e o espaço acabaram, para onde e por que se expandir? A tecnologia digital transforma tudo em dados, que podem ser armazenados infinitamente e controlados por sistemas de catalogação e busca e recuperação imediatas, e difundidos globalmente/instantaneamente, não sendo possível, neste caso, distinguir global de instantâneo, espaço de tempo. A propriedade móvel venceu a propriedade imóvel, os bens intangíveis ganharam muito mais valor que os bens materiais, a sociedade se organiza numa longa cadeia de valor agregado, sendo certo que aqueles que se situam bem no começo desta longa cauda, lá onde não há valor a se agregar, dificilmente poderão mudar de lugar.

Na sociedade do conhecimento os contrastes são extremos e ao analisá-los são constatados conflitos que apontam para uma dinâmica de transformações constantes tornando insuficientes, dessa forma, as teorias disponíveis. São extremos os contrastes porque convivem vários mundos ou cenários: primitivo, moderno e pós-moderno. O primeiro não chegou a ultrapassar a produção agrícola de subsistência e extração de matéria prima para exportação, em processos de produção com estruturas arcaicas, totalmente dominadas pelas limitações impostas pelo tempo e pelo espaço. Este mundo tem sua existência ameaçada, não se inclui de qualquer forma na sociedade do conhecimento e é um grande problema para a humanidade como um todo, na medida em que sua miséria relacionada ao seu estado de primitivismo é amplamente divulgada, pode ser vista a qualquer momento, de qualquer parte do globo, como um quadro horrendo pendurado na parede da casa de cada indivíduo. Se fosse possível escolher, esse mundo seria excluído por completo da sociedade do conhecimento como uma imagem digitalizada em computador que se apaga com ferramentas de edição gráfica. Esta seria a melhor solução para o problema de exclusão em si mesmo. Representaria a exclusão original a partir da qual, num processo de destruição

criativa<sup>25</sup>, um novo mundo poderia se desenvolver. Se não for excluído, só poderá ser salvo pela ajuda internacional através do sistema das Nações Unidas, ou da rede humanitária capitaneada por organismos não governamentais e das redes universais de solidariedade; sua salvação pode também depender da filantropia praticada pelas fortunas incalculáveis produzidas por pessoas e empresas em bases flexíveis de acumulação do capitalismo cognitivo e que consistem fundamentalmente em ativos intangíveis, muitas vezes derivados de mera especulação.

O segundo se divide ele mesmo em vários mundos, de modo geral entre de um lado, aquele em que trabalho e capital ainda se enfrentam em bases territoriais, com a intermediação do Estado através de uma superestrutura político-institucional que garante direitos de propriedade sobre o resultado do consumo da força de trabalho adquirida antecipadamente e em processos de trabalho disciplinados, realizados em espaço determinado, com o tempo de trabalho controlado pelo capitalista. Sua produção precisa enfrentar a competição da produção informatizada e seus projetos nacionais de desenvolvimento precisam sobreviver num mundo desregulado comandado pelo mercado global. De outro lado, a produção industrial ligada em redes, informatizada, com controle centralizado e exercido remotamente e tarefas mecânicas inteiramente homogêneas pelos computadores. Em outras palavras, esse segundo mundo se divide entre incluídos e excluídos da sociedade do conhecimento, sendo que os excluídos seriam aqueles que ainda estão numa fase industrial não informatizada, como acontece com os países menos desenvolvidos. Pensando na definição que Negri quer dar para o Império, essa exclusão é inclusiva na medida em que no Império, ou na sociedade do conhecimento, em que as noções de tempo e espaço estão completamente revolucionadas pela tecnologia, não existe dentro e fora, nem passado e presente; tudo faz parte de um todo, que é a sociedade do conhecimento, os excluídos participam nesta qualidade de despossuídos, sem

---

<sup>25</sup> O conceito de destruição criativa foi criado por Joseph Schumpeter com a intenção de sintetizar a essência do processo de desenvolvimento do capitalismo, tornou-se fundamental na compreensão da história do seu desenvolvimento e voltará a ser discutido nos próximos capítulos. A menção ao conceito foi ensejada aqui pela leitura de David Harvey (1990, pág. 16) onde aparece como conceito importante para a compreensão da modernidade porque deriva dos dilemas práticos enfrentados na implementação do projeto modernista, “Como poderia, afinal, um novo mundo ser criado, sem destruir boa parte do que existia antes?”.

direito a usufruir das vantagens da sociedade do conhecimento, onde o homem, através da ciência controla a vida, quase que por completo. De acordo com David Harvey (2005) e outros autores críticos ao projeto e à agenda neoliberal que se desenvolve nas duas últimas décadas do século vinte, juntamente com a revolução tecnológica aqui em discussão, a flexibilização do processo de acumulação capitalista se dá à custa da desapropriação coletiva de certos bens e valores que sempre fizeram parte do domínio comum. O segundo grupo tem parte de sua atividade industrial informatizada, porém a informatização é promovida por terceiros estranhos, de fora para dentro, sua participação se limita ao fornecimento de mão-de-obra para exercer atividades de pouco valor, integralmente controladas à distância. Enquanto isso, sua economia nacional continua limitada às atividades agrícolas e industriais, e mais do que isso, faz o papel de parque industrial para os mais ricos que se encontram aptos a criar e a integrar a sociedade do conhecimento vivendo em função do trabalho imaterial e que controlam os processos produtivos informatizados. Assim os problemas de poluição e degradação ambiental são suportados por estes que servem de parque industrial para a produção que é controlada remotamente, a partir dos grandes centros que nesse mecanismo resolvem seus problemas de enfrentamento com a força de trabalho, ao mesmo tempo em que se livram dos dramas ambientais.

No terceiro cenário, que se localiza no chamado primeiro mundo do sistema internacional, todos os setores produtivos estão na era digital, vivendo uma grande cadeia de valor agregado, ajustando-se cada um desses setores a esta cadeia que determina a divisão de trabalho e a distribuição de poder, ou de recursos produzidos. A riqueza se manifesta como um fluxo incessante de imagens e idéias, produzidas e ofertadas juntamente com um batalhão de serviços pessoais inimagináveis. Há a disposição de cada pessoa, uma imagem, uma idéia, alguma coisa que parece feita sob medida para si mesmo. Neste mundo o trabalho imaterial, entendido como um conceito complexo por apresentar uma multiplicidade de aspectos, é predominante. Assim, o trabalho permeia todos os aspectos da vida, produzindo a própria vida, produzindo o motor que movimenta a sociedade do conhecimento. A atividade de produção de bens materiais que circulam em mercados globais se dá fora do seu espaço, ou seja, é desterritorializada, informatizada e controlada por sistemas capazes de catalogar e administrar um infinito número de dados tornando algumas das atividades

humanas integralmente controladas por computador. Neste setor, a divisão de trabalho aprofunda as diferenças entre as pessoas que executam tarefas determinadas por máquinas e as que determinam como as máquinas comandam tarefas humanas. Essas últimas concentram altíssimos recursos de poder estrutural, monopolizando o controle dos sistemas de compactação e sistematização de dados, o seu acesso e a sua distribuição, as vias de circulação instantânea de capital financeiro em âmbito global, e as vias de difusão de mensagens e idéias e de formação de redes universais. Sua produção é majoritariamente imaterial, seus produtos são intangíveis, as atividades mais valiosas dependem da capacidade de identificar e resolver problemas; o que mais tem valor são os canais através dos quais o capital flui em sentido expansivo sem qualquer limite espacial e temporal, são as ferramentas de manipulação de sentimentos e idéias que fazem as pessoas acreditar que o aspecto imaterial e virtual do mundo acessível remotamente por completo a qualquer momento não só é satisfatório como tem muito mais valor do que o mundo material onde os contrastes dos diversos mundos que vivem dentro dele insistem em ameaçar sua própria sobrevivência.

### 3. Trabalho Imaterial

Hardt e Negri em *Império* falam sobre uma nova natureza do trabalho produtivo<sup>26</sup>. Para eles o trabalho produtivo tende a se tornar cada vez mais

---

<sup>26</sup> O conceito de trabalho imaterial vem sendo discutido, desde a década de 1960 pelo movimento marxista italiano conhecido como operaísmo, e as diversas correntes que daí se dispersaram, no âmbito do debate sobre a reestruturação do trabalho. Artigos fundamentais, ou fundacionais do debate sobre o tema foram publicados na revista francesa “Futur Antérieur” ao longo da década de 1980 e início dos anos 1990. De acordo com Giuseppe Cocco (“Introdução”, *Trabalho Imaterial*, Maurizio Lazzarato e Antonio Negri, DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2001, págs.7-23) o artigo que serve como marco fundador na definição de um conceito a partir do qual se estabelece um programa de pesquisa que está em desenvolvimento sobre a reestruturação das forças produtivas, do trabalho e das ferramentas teóricas usadas no seu estudo, é “Trabalho Imaterial e subjetividade” de Lazzarato e Negri, publicado originalmente pela revista em 1991 e recentemente no livro para o qual ele escreve a Introdução da edição brasileira mencionada. Nesta seção busca-se explicar o trabalho imaterial a partir das noções desenvolvidas por diversos autores que, direta ou indiretamente apoiados no debate fundador, discutem a idéia de que as transformações do trabalho são constitutivas da sociedade pós-industrial, tais como Negri e respectivos co-autores em *Império* (2000) e em coletâneas como esta aqui mencionada - *Trabalho Imaterial* (2001); *Cinco Lições sobre o Império* (2003) e outros autores e obras que serão mencionados a fim de se construir o debate do qual se deduzem os aspectos do conceito complexo de trabalho imaterial relevantes para as demais questões abordadas nos próximos capítulos.

imaterial. O papel central desempenhado pela atividade mecânica pessoal do homem na fábrica para a produção da mais-valia vem sendo substituído pela força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa (Negri e Hardt, *Império*, 2000). Por outro lado, a dimensão imediatamente social e comunicativa do trabalho ativo na sociedade capitalista contemporânea gera novas subjetividades e mergulha o trabalho em todos os elementos das relações que definem o social. A partir dos fundamentos da teoria marxista conclui-se que a transformação em questão representa uma mudança completa do processo de trabalho, isto é, uma transformação dos próprios fatores elementares sistematizados por Marx (1867, *Capital* vol. 1, cap. 7). Sendo assim, a transformação em discussão não pode ser compreendida simplesmente por meio de análise quantitativa ou comparativa da combinação daqueles três fatores apontados por Marx na sua busca por categorias gerais necessárias para a compreensão da estrutura do modo de produção pela qual se chega à organização política e econômica da sociedade de cada época e lugar, ou, em outras palavras à síntese da economia política.

Nesta seção se busca uma definição, se é que isto é possível, de um conceito de trabalho imaterial, ou de uma nova natureza de trabalho que Negri, assim como outros autores que serão citados no debate a seguir, chamam de trabalho imaterial, para todos eles um conceito complexo na medida em que não se reduz à noção economicista que vem prevalecendo nos estudos do trabalho e da produção social. No entanto, independentemente da extensão da discussão desenvolvida nesta seção, cabe lembrar que interessa encontrar no debate localizado na literatura a ser apresentada um conceito de trabalho imaterial que viabilize a construção dos argumentos principais dos próximos capítulos conforme o tema desta tese foi recortado inicialmente na introdução. Em resumo, vale lembrar que nesta seção se busca, por meio da discussão em torno da literatura sobre o tema, um conceito de trabalho imaterial que possa ser entendido e operacionalizado metodologicamente como mecanismo causal no processo de constituição da sociedade do conhecimento e na produção de novos paradoxos e crises para o capitalismo e suas ferramentas institucionais e teóricas de expansão global. Se comparado ao trabalho no período industrial, ou trabalho como uma determinada construção social que tem sua origem no século dezoito como adiante veremos e que já foi comentada na primeira seção deste capítulo, analisado também como agente de certos processos de transformação social,

conclui-se que agora um número maior de variáveis integra o conjunto que atua como mecanismo causal. O trabalho imaterial apresenta múltiplos aspectos que jamais foram pensados por estarem fora da racionalidade econômica que prevalece nas análises do trabalho e até mesmo da lógica do pensamento econômico moderno.

Marx, de certa forma, previu a transformação da natureza do trabalho que se quer sistematizar aqui, ou a explicação da natureza da transformação em questão pode ser deduzida do raciocínio estabelecido por ele na sua crítica à economia política burguesa. Apesar da questão principal não girar em torno da possibilidade de se prever o fenômeno em discussão, mas sim de compreendê-lo de forma a superar a desmaterialização dos modelos e ferramentas teóricas utilizadas para explicar a produção de valor e as questões a ela relacionadas no atual estágio de desenvolvimento tecnológico, vale destacar que a literatura colocada em debate nesta seção se apóia nos fundamentos teóricos marxistas e, especialmente, leva em conta o seu alcance em termos de prever desdobramentos. Conforme observam Negri e Hardt, Marx vislumbrou que num certo momento futuro do desenvolvimento capitalista os poderes do trabalho seriam insuflados pelo poderes da ciência, comunicação e linguagem, ou seja, pela realização plena da modernidade e das idéias iluministas (Negri e Hardt, 2000). Os poderes da ciência, da comunicação e da linguagem insuflam os poderes do trabalho que resultam do intelecto geral, do trabalho imaterial abstratamente geral, sem que a individualidade do trabalhador se extinga, ao contrário, a aplicação de tais poderes pressupõe a atuação individual, a aptidão e a capacidade distinta de cada um. A expressão intelecto geral usada por Marx se entende com o sentido de inteligência coletiva, social, criada por conhecimentos, técnicas e saberes acumulados. Para Marx existe um papel fundamental para o conhecimento socialmente acumulado ou para o desenvolvimento do intelecto geral, assim como para a superestrutura de normas e regras positivadas, que tem caráter genérico e unificador e finalidade de apoiar a adoção de certos planos de ação e que integram o saber geral. Portanto, podemos concluir que para Marx, ainda que não dito explicitamente assim, a inteligência coletiva tem poder de agência, de promoção de certas mudanças que poderão afetar a estrutura do modo de produção e a superestrutura legal dela decorrente.

Ao raciocinar no sentido inverso, conclui-se que a distribuição desigual e injusta que decorre da estrutura da economia política capitalista burguesa é a força que promove a mudança e a transformação dos processos de trabalho que se mostra no novo caráter da atividade humana produtiva insuflada pelos poderes da ciência, da comunicação e da linguagem. O novo caráter da atividade humana, por sua vez, não é gerado somente pela sua relação direta com as novas tecnologias como instrumentos que mediam a relação entre sujeito e objeto do trabalho, mas é fruto do ambiente produzido pelas inovações tecnológicas onde tempo e espaço intervêm de maneira completamente nova. Neste quadro, os poderes da ciência, da comunicação e da linguagem atuam como agentes ao produzir um ambiente controlado pelas inovações tecnológicas, especialmente no campo da informação e da comunicação, no qual o novo caráter da atividade humana produz efeito sobre as teorias que organizam o pensamento econômico, ao mesmo tempo em que tem força promotora de mudanças qualitativas na produção social e na sociedade em sentido amplo e que afetam a superestrutura legal e institucional.

Em *Trabalho Imaterial e Subjetividade*<sup>27</sup> Maurizio Lazzarato e Antonio Negri afirmam que

“[t]oda uma série de posições filosóficas contemporâneas tende a aproximar-se cada uma a seu modo, do conceito de trabalho imaterial e do sujeito em direção ao qual se orientava, segundo Marx, a sociedade do capital. É em torno de maio de 68 que acontece o verdadeiro deslocamento epistemológico. Esta revolução que não se assemelha com nenhum modelo revolucionário conhecido, produz uma fenomenologia que implica toda uma nova ‘metafísica’ dos poderes e dos sujeitos. Os focos de resistência e de revolta são ‘múltiplos’, ‘heterogêneos’, ‘transversais’ em relação à organização do trabalho e às divisões sociais” (Lazzarato e Negri, 2001, pág. 33).

Para eles, Foucault em suas lições da década de 1970 trabalha e sistematiza a idéia de constituição de uma ‘intelectualidade de massa’ independente, que não passa pela organização do trabalho e impõe sua força no processo de ‘subjetivação autônoma’;

---

<sup>27</sup> Conforme explicado na nota anterior, esse artigo foi escrito inicialmente com Antonio Negri e publicado em *Futur Antérieur*, n. 6, 1991. A versão aqui citada é a que aparece como capítulo 1 do livro *Trabalho Imaterial* publicado no Brasil em 2001, com introdução de Giuseppe Cocco comentada também na nota anterior.

“é somente sobre a base de sua autonomia que [a força de trabalho] estabelece a sua relação com o capital. (...). Não é mais necessária a intervenção determinante do empreendedor capitalista. Este último torna-se sempre mais externo ao processo de produção da subjetividade. O processo de produção de subjetividade (...) se constitui ‘fora’ da relação de capital, no cerne dos processos constitutivos da intelectualidade de massa, isto é, na subjetivação do trabalho” (Lazzaratto e Negri, 2001, pág. 35).

Os autores afirmam que quando o trabalho imaterial, a partir da constituição de uma intelectualidade de massa (*General Intellect*), se torna hegemônico a relação entre trabalho e capital não será mais dialética e sim alternativa, porque é constituinte de uma nova ordem social, diferente daquela resultante do antagonismo tradicional entre trabalho e capital. O objeto de estudo da economia política deixa de ser as contradições que opõem trabalhadores e patrões e os elementos ontológicos de cada uma das classes dentre os quais se coloca a oposição direta ou o antagonismo entre elas, e passa a ser os processos autônomos de “constituição de subjetividade alternativa, de organização independente dos trabalhadores”. “Os conceitos de trabalho imaterial e de ‘intelectualidade de massa’ definem, portanto, não somente uma nova qualidade do trabalho e do prazer, mas também novas relações de poder e, por consequência, novos processos de subjetivação” (Lazzaratto e Negri, 2001, pág. 38).

Em outra parte do mesmo artigo, comentam que de acordo com os novos critérios e métodos de administração da produção

“é a alma do operário que deve descer na oficina’. É a sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada. Qualidade e quantidade do trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade. [A] transformação do trabalho operário em trabalho de controle, de gestão de informação, de capacidades de decisão que pedem o investimento da subjetividade, (...), apresenta-se atualmente como um processo irreversível” (Lazzarato e Negri, 2001, pág.25).

No momento em que o trabalho imaterial se torna hegemônico o paradoxo capitalista se apresenta da seguinte maneira: “de um lado, o capital reduz a força de trabalho a ‘capital fixo’, subordinando-a sempre mais no processo produtivo; de outro ele demonstra, através desta subordinação total, que o ator fundamental do processo social de produção é tornado agora ‘o saber social geral’” (Lazzarato e Negri, 2001, pág.30). A afirmação de Lazzarato e Negri demonstra que a estrutura do modo de produção capitalista determina a inovação como finalidade

do trabalho intelectual que se paralisa em trabalho morto, reificando-se em máquinas e equipamentos que substituem o trabalho humano cada vez mais abstrato e geral, e que se traduz em capital fixo propriedade do capitalista através de patentes e outras formas de propriedade intelectual. Ao mesmo tempo, esta fórmula produz resultados imprevisíveis tanto para as perspectivas de análise centradas na estrutura como determinante do conteúdo e das finalidades do trabalho, como daquelas que examinam as idéias, o trabalho intelectual e a relação entre sujeito e objeto insuflada pelos poderes da ciência e da linguagem como agência que promove as transformações. Diz-se aqui que o resultado é imprevisível porque não obrigatoriamente a teoria que se desenvolve a partir das forças antagônicas constituintes do modo de produção capitalista e a idéia de progresso que alimenta a criação de inovação poderiam prever ou desejar essa transferência de poder, ou mesmo do eixo de enfrentamento, do trabalho como ator principal, da atividade humana de qualquer natureza como fonte de recursos de poder, para o saber geral acumulado, ou seja, do que se faz para o que se sabe. “A constituição antagonista, portanto, não se determina mais a partir dos dados da relação capitalista, mas da ruptura com ela; não a partir do trabalho assalariado, mas da sua dissolução; não sob a base das figuras do trabalho, mas daquelas do não-trabalho” (Lazzaratto e Negri, 2001, pág. 36).

Assim, a força revolucionária da atividade humana passa a se concentrar no desenvolvimento de teoria capaz de explicar o saber geral acumulado de forma diferente do que se faz a respeito do conhecimento transformado em trabalho morto, ou mercadoria (propriedade intelectual). O saber geral acumulado se expressa através da capacidade de re-apropriação do conhecimento traduzido em mercadoria (por força do regime de propriedade), dando-lhe, portanto, vida nova e recolocando valor que cresce na medida em que é produzido e consumido concomitantemente, sempre como trabalho vivo. É a reunião da vida e do trabalho num único tempo de produção e consumo que produz valor e, antes disso, é o uso livre e autônomo do saber geral que viabiliza tal reunião. Em resumo, a atividade produtiva se torna independente em face à organização capitalista da produção, mais do que isso a função empreendedora se adapta ao invés de se manter como a

fonte e a organização da produção; o empreendedor<sup>28</sup> passa a se ocupar mais da reunião dos elementos políticos necessários para a exploração da empresa do que das condições produtivas do processo de trabalho. Para os autores a época em que o controle de todos os elementos da produção depende do capitalista está superada, ou, mais do que isso, o tempo em que a estrutura do modo de produção permite uma relação entre capital e trabalho capaz de sujeitar ao ponto de anular a atuação da força de trabalho como agente de transformações, passou e não volta mais: “é o trabalho que, cada vez mais, define o capitalista e não o contrário” (Lazzarato e Negri, 2001, pág.32).

Ainda com base nos fundamentos teóricos marxistas, mas observando a questão a partir de outros aspectos nela envolvidos, podemos voltar a olhar a transformação do processo de trabalho como decorrente de uma contradição ontológica do capitalismo, ao mesmo tempo em que é a fonte que a alimenta; como um paradoxo que se configura de maneiras variadas acompanhando as transformações históricas das quais é causa e efeito de uma só vez. Para alguns autores o cerne da questão, ou a fonte de justificativas e explicações para o paradoxo capitalista no seu atual estágio se concentra no binômio espaço / tempo e não na transferência do poder de agência da atividade humana insuflada pela ciência e a linguagem, para o saber geral acumulado. Assim faz David Harvey ao mostrar que os dilemas criados pela busca de solução da crise inerente ao modo de acumulação capitalista – que depende de constante aumento da produção de excedente, e, conseqüentemente da transformação do processo de trabalho e das condições de reprodução da força de trabalho – na etapa de transição do fordismo para um modo de acumulação flexível, são marcados pela aceleração temporal dos processos produtivos e de circulação de informação, mercadorias, e de reprodução das forças sociais. A aceleração do tempo resulta em compressão do espaço; a reorganização do tempo cotidiano ou da produção depende de redefinição do

---

<sup>28</sup> Surge assim o empreendedor político que os autores apresentam em um capítulo do livro citado, intitulado *Estratégias do empreendedor político* (Artigo publicado em *Futur Antérieur*, n. 23/24, 1994). Nesse capítulo discutem como “a máquina social, a máquina produtiva, a máquina comunicativa, a máquina política tendem a se tornar articulações de um mesmo processo: o domínio capitalista do real, de todo o real” (Lazzarato e Negri, 2001, pág.55). Como exemplo os autores mencionam Berlusconi em cuja figura “não se pode distinguir o empreendedor (aquele que produz a mais-valia), o patrão da mídia (aquele que produz a opinião pública) e o homem político (aquele que organiza o espaço público). Estas diversas funções, mais do que estarem hierarquicamente dispostas, pressupõem-se reciprocamente” (Lazzarato e Negri, 2001, pág. 56).

espaço onde esses processos ocorrem. Mas, conforme antes comentado, a idéia de espaço não é limitada a uma categoria material. A produção do espaço não é simplesmente uma ferramenta do capitalismo, mas sim uma forma de tratar as contradições criadas pelo próprio capitalismo ou suas crises específicas, como, por exemplo, a diminuição da taxa de lucro. Desenvolve-se a tecnologia com a finalidade de resolver a necessidade e o desejo de lucros crescentes através da transformação do processo de trabalho visando o aumento da produtividade, isto é, tirando a pressão sobre o tempo da atividade humana simplesmente mecânica em certos processos de trabalho e transferindo-a para a atividade intelectual em constante exercício, criativa e renovadora, capaz de recriar a própria vida e a natureza. Portanto, visa vencer o tempo e assim comprime o espaço, da mesma forma em que pretende ocupar todo o espaço existente e para isso acelera o tempo. Em outras palavras, a crise do capitalismo se resolve ciclicamente na reconfiguração do espaço, mais do que isso na criação de novas representações espaciais e de novos espaços de representação. Nesses espaços são criadas outras formas de ser (novas subjetividades), são apresentados projetos alternativos, desenvolve-se o trabalho imaterial. (Harvey, 1990).

A fim de ampliar o quadro de análise para olhar o processo acima descrito do ponto de vista cultural – entendendo-se a cultura também como resultado da produção social profundamente transformada – considerando o recorte traçado pela equação aceleração do tempo e compressão do espaço<sup>29</sup> e o desafio que tal equação representa para expansão do capitalismo, e para o surgimento de novas subjetividades que habitam um mundo pós-moderno instalado em um hiperespaço conectado eletronicamente e no qual é possível aceder a todo conhecimento acumulado, compactado e catalogado em bases de dados. Aqui se destaca, a título de ilustração, a explicação de Arjun Appadurai (2001) a respeito da criação de comunidades imaginárias. Em razão do deslocamento, seja forçado ou voluntário, o autor, ele mesmo alguém que vive esta situação, fala do “trabalho da

---

<sup>29</sup> Vale lembrar outra vez que não será aprofundado o debate acerca da *aceleração do tempo* e da *compressão do espaço* geradas pela revolução tecnológica. Falo repetidamente do fenômeno em razão do poder explicativo dos termos por si mesmos e especialmente quando usados na concepção do desenho de um cenário, de um quadro teórico no qual se observam todos os elementos implicados na pergunta de partida, especificados na introdução para serem discutidos, definidos, ou redefinidos (tais como trabalho, valor, capital, conhecimento) nos vários capítulos desta tese.

imaginação” em um livro<sup>30</sup> que tem como tema os aspectos culturais da globalização. É certo que a análise de dimensões culturais da globalização pressupõe aceitar como existente e relevante um processo que pode ser chamado assim, pressuposto esse que apresenta um forte sentido normativo. Independentemente desse aspecto normativo que não está aqui em discussão vale pensar sobre a idéia que o autor desenvolve de trabalho da imaginação produtor de disputas e negociações simbólicas através das quais os indivíduos e os grupos buscam anexar o global às suas práticas do moderno – um desafio decorrente de uma configuração específica da relação espaço-tempo.

Appadurai sugere que no mundo pós-eletrônico a imaginação representa um papel significativamente novo primeiro porque se desprende do espaço expressivo exclusivo da arte, dos mitos e das lendas, e passou a fazer parte do trabalho mental cotidiano, isto é, penetrou a lógica da vida cotidiana de onde havia sido retirada de forma bem sucedida<sup>31</sup>. Portanto, tornou-se um espaço de representação no qual são criadas subjetividades que compartilham a produção da vida e de si mesmos. Segundo porque se distingue da fantasia; a idéia de fantasia denota a noção de pensamento separado de projetos e de atos e também tem um sentido associado ao privado e ao individualismo. Cada indivíduo guarda para si, ou vive sozinho suas próprias fantasias, enquanto a imaginação, por outro lado, quando pensada do ponto de vista das várias subjetividades compartilhando espaços de representação, possui um sentido de projeto, de ser o prelúdio de

---

<sup>30</sup> Appadurai, Arjun (2001), *La Modernidad Desbordada: Dimensiones Culturales de la Globalización*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

<sup>31</sup> A afirmação do autor de que a imaginação foi retirada da vida cotidiana de forma bem sucedida durante o período industrial, e como forma de realização da modernização, pode ser interpretada ou justificada de várias maneiras. Além da idéia de que o corte em discussão se apresenta como método de disciplinamento, condição para o desenvolvimento da sociedade industrial, aqui destaco outra interpretação que pressupõe que o espaço próprio da arte, ou da produção intelectual, vem sendo usado como um espaço de produção individual e não compartilhada de mercadoria, sujeita às regras da propriedade móvel, que sustenta o valor através da produção artificial de escassez, inserindo-se, portanto, na racionalidade econômica. Como diz André Gorz, o aproveitamento do conhecimento em forma de capital é característico do capitalismo industrial. Esse aproveitamento vem sendo bem sucedido “sobretudo através da mobilização de uma saber “morto” objetivado em máquinas, instalações e processos”. “(...) Por conseguinte deve se transformar em propriedade privada e tornar-se escasso”. (Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág. 10). Mas no capitalismo pós-moderno surge um novo paradoxo que André Gorz explica ao afirmar que quanto mais o conhecimento se propaga, mais útil ele é à sociedade, portanto, em princípio, mais valor ele teria, se considerado em termos de utilidade, ou de valor entendido subjetivamente. No entanto, seu valor de troca diminui com a propagação e tende a zero: “o conhecimento torna-se um bem comum acessível a todos” (Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág.10). Voltarei a este tema no próximo capítulo no qual se discute teoria do valor.

algum tipo de manifestação, seja estética ou de outra natureza. A fantasia pode se dissipar, principalmente porque tem característica pessoal e individualista, não precisa ser compartilhada, enquanto a imaginação, sobretudo quando é coletiva, pode ser o combustível da ação. Em terceiro porque os meios de comunicação em massa tornam possível a criação de uma *comunidade de sentimento*<sup>32</sup> que consiste num grupo que sente e imagina coisas de forma coletiva, ou realiza o trabalho da imaginação coletivamente; são comunidades capazes de passar da imaginação compartilhada para a ação coletiva. São comunidades complexas na medida em que misturam diversas experiências locais, de gosto e de política, mas que, ao mesmo tempo, geram a possibilidade de convergência no plano da ação social *trans-local*; uma convergência que se torna possível em razão do estímulo que o trabalho da imaginação sofre dos meios de comunicação em massa.

Importante lembrar que Appadurai (2001) quer explicar a cultura como produto de uma modernidade descontrolada em razão da globalização, tema que não faz parte da presente discussão, porém se relaciona e colabora para o conceito que está em elaboração nesta seção. O autor reconhece que em muitos lugares a *mega-retórica* moderna desenvolvimentista ainda não foi abandonada. Ainda assim, tem sido questionada, re-elaborada e domesticada pelas *micro-narrativas* do cinema, da televisão, da música e outras formas de expressão cultural, o que permite que a modernidade seja reescrita como uma forma de globalização com idioma próprio. A passagem da mega-retórica para as micro-narrativas gera uma nova coleção de contradições e representa o compartilhamento da imaginação, independentemente da fantasia individual. Quem sabe essas micro-narrativas tenham surgido de fantasias individuais que se transformam em trabalho da imaginação na forma aqui salientada? Até que ponto se estabelece entre elas um elo de causalidade representado por um processo que se viabiliza pelo tremendo avanço da tecnologia de informação e comunicação? Essas *micro-narrativas* subversivas alimentam os movimentos contestatórios e de oposição mais variados<sup>33</sup>, e tais movimentos mostram como os meios eletrônicos de

<sup>32</sup> Os itálicos são usados aqui para indicar termos específicos adotados pelo autor no texto em referência.

<sup>33</sup> Inclusive o movimento *copyleft* e o sistema de licenciamento *creative commons*, assim como as redes de luta em favor da quebra de patentes de remédios para que se torne bem comum o conhecimento produzido previamente, reificado em direito de propriedade, em saber morto já que a ele não se pode aceder, nem usá-lo nos espaços de representação no qual é compartilhado o

comunicação e as movimentações transnacionais romperam o monopólio que o estado-nação tinha sobre o projeto de modernização<sup>34</sup>. A transformação das subjetividades cotidianas produzidas pela mediação eletrônica e pelo trabalho da imaginação não é somente um fato cultural; está profunda e intimamente conectada com o político em razão do novo modo pelo qual as lealdades, os interesses e aspirações se intersectam, e por que não dizer, sob o ponto de vista de Hardt e Negri, em razão da produção e manipulação de afetos resultante do trabalho imaterial.

Embora nesta seção se busque uma visão ampla do trabalho imaterial, descolada da noção estritamente econômica ou de sistematização de estágios produtivos, a mudança em questão acaba por impor obstinadamente o aspecto econômico a toda a literatura aqui confrontada. Manuel Castells analisa a reestruturação do capitalismo e a difusão do informacionalismo<sup>35</sup> levando em consideração as diferentes formas que as sociedades agem e reagem a esses processos, de acordo com suas especificidades históricas e a maneira como as sociedades interagem a partir da difusão do informacionalismo criando uma sociedade informacional, uma sociedade em rede, uma força de trabalho global (Castells, 1996). Hardt e Negri em *Império* (2000) também tratam da transição para uma economia informacional e afirmam que tal transição envolve necessariamente uma mudança na qualidade do trabalho e na natureza da produção social.

Para além da análise presa às ferramentas teóricas e metodológicas da economia, Negri alega que o trabalho imaterial é constituinte do cenário biopolítico característico do Império: uma totalidade que abarca todo o corpo social movido e controlado pelo biopoder, pelo poder de produzir a vida, de

---

trabalho da imaginação. Este tema dos movimentos alternativos ao regime da propriedade intelectual fundamentado na idéia de propriedade comum (ou *commons*) será aprofundado no terceiro capítulo.

<sup>34</sup> O debate a respeito do Estado e o processo de modernização está inserido na discussão sobre as diversas perspectivas de análise da teoria do valor, ou da Economia Política Internacional como disciplina autônoma, relativamente ao investimento em pesquisa e desenvolvimento, ao papel do Estado no investimento em P&D, quais as conseqüências em termos de produção e distribuição de recursos significativos na estrutura da economia política do sistema internacional.

<sup>35</sup> O termo informacionalismo é usado por Castells e tem a intenção, como vários outros termos adotados neste capítulo (como capitalismo pós-industrial, ou pós-moderno, capitalismo cognitivo) de demonstrar que há uma mudança de estágio produtivo que é complexa na medida em que se alteram o conteúdo, a forma, as finalidades e a estrutura do trabalho, e, com isso, a totalidade das relações de produção, transformando de uma só vez sujeito, objeto e os instrumentos que reúnem um com o outro.

produzir o próprio *bios* do Império. Em outras palavras, o trabalho imaterial é a fonte que alimenta o biopoder que atua sobre o funcionamento desse corpo social ampliado. A nova ontologia social que Negri procura definir, diz respeito à outra etapa do desenvolvimento capitalista, na qual, por um lado, o valor de uso do trabalho está completamente desfigurado, mas por outro pode ser remodelado com base no trabalho imaterial que se caracteriza pelo poder social da sua própria produção. Nesse estágio, a produção é realizada através da ação desmaterializada, isto é, a capacidade de produzir está diretamente relacionada à capacidade de conhecer e a ação desmaterializada se dá através das atividades intelectuais, comunicativas e afetivas expressas pelos sujeitos e pelos movimentos sociais. Como lembra Negri, segundo Marx – quando trata do *General Intellect* ou intelectualidade de massa – o trabalho que alcança a qualidade imaterial e é organizado por energias intelectuais e científicas destrói as condições reais nas quais a acumulação anteriormente se desenvolvia. Conseqüentemente, torna-se irrelevante a mensuração do tempo de trabalho como norma para fixar ordem e valor do trabalho no mundo. Conseqüentemente estamos diante de uma transformação radical do tempo produtivo, já que se torna mais importante o tempo dos processos de formação do que o tempo de aplicação imediata à produção. O tempo da atividade intelectual passa a ser elemento chave da produção, mudando os critérios de determinação do valor de troca, que, por sua vez deixa de ser a medida do valor de uso, mais do que isso, transformando radicalmente a correlação entre valor de uso e valor de troca.

Conforme discutido na seção anterior, a passagem da sociedade industrial para sociedade informacional explicada por Castells corresponde à passagem do trabalho imaterial à condição de força produtiva hegemônica e à passagem da sociedade da disciplina para a sociedade de controle, de acordo com o raciocínio de Hardt e Negri, ou a passagem à sociedade do conhecimento, seja a partir dos critérios já discutidos da economia política internacional, ou do ponto de vista sociológico de uma transformação social mais ampla. Independentemente do foco e da extensão da análise, ou do tipo de explicação que pretendem dar, todos analisam uma transformação das forças produtivas e suas conseqüências em termos de produção de valor, de organização social e desenvolvimento do conhecimento a este respeito. Da mesma forma, em algum ponto existe uma relação entre as idéias acima abordadas e o pensamento econômico liberal que

acredita na transformação da força de trabalho nacional característica do capitalismo industrial em força de trabalho global característica do capitalismo pós-industrial quando a produção de larga escala é substituída pela produção de alto valor alcançado através do trabalho intelectual que cria redes as quais perdem progressivamente o vínculo de nacionalidade tradicional (Robert Reich, 1992). Na medida em que a produção de larga escala é substituída pela produção de alto valor, o binômio espaço-tempo passa a intervir no processo de trabalho de forma crucial, a ser pensado como nunca antes fora, considerando-se que o alto valor depende da capacidade de solucionar ou de usar em seu próprio favor a aceleração infinita e desmesurada do tempo e a transformação da relação do trabalho, que é imaterial, com o espaço no qual é realizado.

Podemos dizer também que a necessidade de vencer as contradições geradas pelo tempo e o espaço e pela sujeição do trabalho ao capital na produção capitalista de larga escala, heterônomo tanto na forma, como no conteúdo, na estrutura e na definição de finalidades, acabou transformando o processo de trabalho a tal ponto que gerou uma nova natureza de força produtiva que caracteriza a produção de alto valor. Por este raciocínio, as crises inerentes ao modo de produção capitalista produzem as inovações tecnológicas e, conseqüentemente, a mudança na natureza da atividade humana e, sendo assim, a transformação dos processos de trabalho. Em outras palavras, a busca de solução para as crises cíclicas de realização dos lucros necessários para a expansão do capital empurra a passagem da produção em larga escala para alto valor, gerando novas relações de produção. Portanto, a teoria que explica o valor e a estrutura de produção e distribuição de riqueza (e do poder dela decorrente) na economia política expandida globalmente precisa se transformar também; precisa pensar o processo de trabalho a partir de categorias profundamente alteradas, especialmente no que diz respeito ao trabalho propriamente dito, à atividade humana e sua capacidade de prever, realizar, aprimorar e controlar mentalmente a sua própria reprodução, a reprodução da vida e da natureza, e as condições de apropriação do resultado do pleno exercício dessa capacidade. Os problemas da aplicação da teoria do valor a essa nova realidade social em discussão serão debatidos no próximo capítulo. Por hora o que está em jogo é o conceito de trabalho imaterial que mais adiante será discutido, à luz das teorias prevalecentes,

em termos de produção de valor, de acumulação de riqueza e de recursos de poder na sociedade do conhecimento e no sistema internacional.

Considerando que os espaços de mediação entre a atividade humana e os instrumentos de trabalho, no qual se desenvolvia o processo de trabalho da produção de larga escala, comprimiram-se, ou diversificaram-se, ou transformaram-se em redes virtuais viabilizadas pelas novas tecnologias de comunicação e de transmissão de dados; considerando que o tempo social necessário para a produção não serve como referência, que o tempo de atividade humana gasta no processo de trabalho – lembrando-se que seu controle sempre foi uma via de pressão sobre a atividade humana que visa à mais-valia na produção de larga escala – não pode mais ser transformado em medida de valor de troca, porque não pode ser medido, muito menos controlado, percebe-se que pouco restou da idéia do trabalho como uma categoria fundamental para a análise do sistema de economia política. O conceito de trabalho imaterial que precisa ser elaborado deve ser adequado à compreensão e ao desenvolvimento de teoria aplicável à sociedade do conhecimento, o que indica algo novo, de acordo com a análise e os conceitos implicados nas seções anteriores; a fonte, ou referência para a produção de valor, ou a justificativa para o respectivo conceito, se baseia em outra natureza de trabalho que não pode ser analisada simplesmente do ponto de vista da sua característica abstrata e geral. Ainda que se adote um conceito restrito, ele apontará novidades, impondo novas discussões e a adição de novas variáveis ao conjunto que se adota como mecanismo causal do processo de transformação social em discussão. Isso é o que se conclui, por exemplo, da explicação de Negri e Hardt em *Império* (2000) sobre o processo de informatização ou pós-modernização da produção, que corresponde a uma mudança na forma de organização da produção social que se baseava na indústria de larga escala para serviços. Eles dizem que considerando que a produção de serviços não resulta em bens duráveis, ou bens materiais, pode se definir o trabalho nela envolvido como “trabalho imaterial”, ou seja, trabalho que produz bens imateriais como serviços de todos os tipos, para atender a todo tipo de necessidade e desejo, produtos culturais, conhecimento, ideologias e vias de comunicação e difusão de idéias e conhecimento.

A análise da distribuição de resultados das transformações em discussão que se faz desde uma perspectiva estruturalista demonstra uma tendência em favor

daqueles que têm os recursos necessários para desenvolver e controlar o conhecimento. Acontece que o conhecimento desenvolvido sob controle daqueles que detêm os recursos de poder estrutural provoca a substituição da força de trabalho que se sujeita integralmente ao capital e produz trabalho que só pode ser considerado na sua forma abstrata e geral, pelo trabalho imaterial, uma força produtiva que produz valor de uso intangível, mas não obrigatoriamente valor de troca, que se consome não na produção de mais-valor, mas sim na sua própria reprodução, na recriação de trabalho sempre vivo, que mesmo traduzido em valor de troca continua intangível e por isso não pode ser fixado, mantendo-se sempre vivo. Assim se apresenta a nova face do dilema capitalista no seu atual estágio de desenvolvimento: os recursos de poder aparentemente são mantidos em vantagem daqueles que já os detinham, mas o resultado da produção social não se apreende mais de forma a manter em vigor e valiosos esses recursos. A força revolucionária do trabalho imaterial consiste no esvaziamento dos recursos de poder que o trabalho dominado pelo capital costumava alimentar, devido, entre outras razões, à transferência do poder de agência da força de trabalho para os poderes da ciência, da linguagem e da comunicação – do fazer para o saber.

O problema da análise estrutural é justamente sua limitação ao modo de produção capitalista e a distribuição de resultados dele decorrente determinadas pela estrutura da economia política capitalista e, por isso, não se dá conta, nem busca explicar os aspectos dos dilemas capitalistas que se apresentam com uma nova face: refletem a transferência das forças materiais movimentadas pelo potencial produtivo da classe trabalhadora para as forças imateriais movimentadas pela atividade humana autônoma, seja individual ou coletiva, dedicada à produção de bens intangíveis não apreciáveis economicamente; podem ter valor de uso, mas não fixam seu valor de troca. O jogo entre autonomia e heteronomia discutido anteriormente apresenta novas combinações, uma inter-relação diferente entre fatores causais e resultados que enseja novas ferramentas teóricas, como, por exemplo, o desenho de um quadro que embora tenha no fundo um cenário ou ambiente propício à heteronomia, dentro dele a autonomia do trabalho, ou da produção social se torna cada vez mais significativa. A transferência do poder de promover transformações do fazer para o saber impõe limites ao domínio do capital sobre o trabalho, ou, ao contrário, à sujeição do trabalho ao capital. O capital pode controlar a força de trabalho que compra e participa do ciclo

produtivo como capital variável, mas não pode controlar o que esta força de trabalho sabe, nem como usa este saber no processo produtivo e nem como produz e acumula novo saber.

Em busca de ampliar o conceito vale considerar que o trabalho imaterial nos três aspectos primários sistematizados por Negri e Hardt (*Império*, 2000) – o trabalho comunicativo de produção industrial, o trabalho interativo de análise simbólica e resolução de problemas, e o trabalho de produção e manipulação de afetos – constitui a agência que impulsiona as transformações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais que vêm ocorrendo desde as últimas décadas do século vinte. Daí inúmeras perguntas decorrem, tais como aquela colocada por Castells diante da constatação de que vivemos num mundo caracterizado por globalização e fragmentação simultâneas: como resolver a “distância crescente entre globalização e identidade, entre a Rede e o Ser?” (Castells, 1996, pág. 58). Como lidar com a interminável produção biopolítica de subjetividades convivendo numa sociedade de controle? Como lidar com a subversão das noções de soberania e auto-suficiência que vêm servindo de apoio ideológico à criação de identidades individuais em toda a modernidade? Para Castells a sociedade informacional vive uma “crise do ser limitado à concepção individualista ocidental, abalado pela conectividade” (Castells, 1996, pág. 59). Seria esse o paradoxo do capitalismo pós-industrial? Do ponto de vista dos impactos econômicos, se é possível e vale à pena separar efeitos econômicos dos demais, e de acordo com Castells, a revolução tecnológica do final do século viabilizou a criação de uma nova economia informacional, global e em rede, na qual “a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos” (Castells, 1996, pág. 119).

Gorz abre seu livro mais recente<sup>36</sup> afirmando que

“[a] ampla admissão do conhecimento como a principal força produtiva provocou uma mudança que compromete a validade das categorias econômicas-chaves e indica a necessidade de estabelecimento de uma outra economia”. “(...) Na economia do conhecimento, todo trabalho, seja na produção industrial seja no

---

<sup>36</sup> A edição da obra de Gorz aqui comentada é a tradução brasileira que foi publicada pela editora Annablume, São Paulo, em 2005. A versão original foi publicada pela editora Galilée, Paris, 2003.

setor de serviços, contém um componente de saber cuja importância é crescente. Óbvio que o saber de que se trata aqui não é composto por conhecimentos específicos formalizados que podem ser aprendidos em escolas técnicas. Muito pelo contrário, a informatização revalorizou as formas de saber que não são substituíveis, que não são formalizáveis: o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. Em poucas palavras, formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano” (Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág.9).

Para Gorz os fatores que determinam a criação de valor são o comportamento e a motivação e não o tempo de trabalho despendido. Esses são os fatores que a empresa procura controlar criando um ambiente de heteronomia aonde permite e estimula o aumento da autonomia do trabalho. O que está em jogo aqui não é simplesmente a ciência ou conhecimento entendido como um corpo de saber externo a cada indivíduo, complexo na utilização em termos de obtenção de vantagem e crescimento individual e cujo acesso é restrito. O que importa é a inteligência, a imaginação e o saber individuais, que, juntos constituem o “capital humano”. “O saber é feito de experiências e de práticas tornadas evidências intuitivas, hábitos” (Gorz, *O Imaterial*, pág. 17). Gorz cita um trecho<sup>37</sup> de uma comunicação do diretor de recursos humanos da Chrysler endereçada a um congresso internacional em Berlim em maio de 2001. Para Gorz chama a atenção na fala do executivo a importância dada não ao conhecimento e às qualificações profissionais e sim às qualidades de comportamento, às qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal nas tarefas desenvolvidas no trabalho. Assim, Gorz afirma que essas qualidades e faculdades são próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos fornecedores de trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, formalizar e até mesmo objetivar.

---

<sup>37</sup> Reprodução do trecho citado por Gorz aqui é importante para a compreensão dos aspectos de novidade que precisam ser captados pelo conceito de trabalho imaterial que está para ser definido nesta seção. O executivo da Diamler-Chrysler autor da comunicação comentada é Norbert Bensele e o trecho citado por Gorz é conforme a seguir reproduzido: “Os colaboradores da empresa fazem parte do seu capital (...). Sua motivação sua competência, sua capacidade de inovação e sua preocupação com os desejos da clientela constituem a matéria primeira dos serviços inovadores (...). Seu comportamento, sua aptidão social e emocional têm um peso crescente na avaliação de seu trabalho (...). Este não mais será calculado pelo número de horas de presença, mas sobre a base dos objetivos atingidos e da qualidade dos resultados. Eles são empreendedores.” (Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág. 17). Vale ressaltar que o conceito de empreendedorismo adotado por Bensele é aquele criado por Schumpeter e apresentado como elemento fundamental na sociologia do capitalismo. O conceito de empreendedor e sua função de promotor de inovação, elemento chave no processo de desenvolvimento capitalista, será discutido no próximo capítulo, no âmbito da análise da obra deste autor.

Para Gorz, chama atenção, em resumo, a idéia de subsunção total da produção de si mesmo pelo capital. No momento em que a velha separação entre força de trabalho e capital se impõe sobre a nova face das contradições do modo de produção capitalista, observa-se que o caminho adotado para vencer o último dos obstáculos ao desaparecimento completo da fronteira faz da pessoa, ela mesma, uma empresa. A fim de vencer definitivamente a tradicional separação, trabalho e capital se confundem: a força de trabalho se transforma em capital fixo, em ativo que precisa constantemente ser reproduzido, modernizado e valorizado. O conflito desaparece porque o trabalho deixa de existir como poder de transformação e confrontação ao capital. Cada trabalhador passa a ser seu próprio empregador e vendedor tornando o regime salarial sem sentido.

“Tudo se torna mercadoria, a venda de si se estende a todos os aspectos da vida; tudo é medido em dinheiro. A lógica do capital, da vida tornada capital, submete todas as atividades e espaços nos quais a produção de si era originalmente considerada como gasto gratuito de energia, sem outra finalidade senão a de levar as capacidades humanas ao seu mais alto grau de desenvolvimento” (Gorz, *O Imaterial*, pág. 25).

Levando ao extremo este raciocínio conclui-se que Gorz refere-se obrigatoriamente a uma visão ultra liberal, ou mais apropriadamente falando uma visão neoliberal<sup>38</sup> do trabalho, ou do futuro do trabalho, como se realmente todo o trabalhador pudesse por si mesmo se transformar em um empreendimento auto organizado e aquele que não atua dessa forma condena a si mesmo, definitivamente, à exclusão dessa nova realidade social na qual é valorizada a produção de si mesmo, a reprodução, controle e aprimoramento da própria vida.

<sup>38</sup> De acordo com David Harvey, a partir do início da década de 1980 há um processo de neoliberalização, cuja agenda principal se resume em criar condições para a governança de elite em substituição à democracia representativa e manter a qualquer preço a liberdade do mercado, especialmente através da desregulação das finanças. O resultado que se vê, de acordo com a demonstração do autor, é um processo de flexibilização da acumulação capitalista realizada através da desapropriação de direitos e condições essenciais do trabalho e de restauração do poder de classe do mundo dos negócios e das finanças. Essa classe se caracteriza pela influência sobre a mídia e sobre o processo político. Assim, tem incentivo e poder para persuadir a todos a acreditar que o regime neoliberal melhora a vida de todos. Tudo indica que o projeto de restauração do poder de classe (uma classe que não pode ser definida de acordo com as categorias de análise tradicionais porque tem outro perfil, não se constitui a partir do conflito entre forças antagônicas) aparece de forma quase subconsciente e se apresenta como o outro lado da moeda do projeto de dismantelar o poder da classe trabalhadora (que tem identidade de classe como tal) (David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism*, 2005, OxfordUniversity Press). Sobre o tema da neoliberalização, na forma explicada por Harvey, e suas conseqüências, voltaremos a falar no terceiro e no quarto capítulos.

Conclui-se que nessa perspectiva existe uma transformação inevitável, aceita como dada, como resultado natural da revolução tecnológica que, por sua vez, é exógena e acontece por si mesma, à margem da atuação de recursos de poder e independentemente da vontade daqueles que criam as inovações que a materializam.

Por outro lado, os céticos, ou aqueles que limitam suas análises à estrutura determinando da manutenção da separação e do conflito entre capital e trabalho como força organizadora da totalidade das relações de produção diriam que se as coisas acontecessem conforme o discurso destacado por Gorz o desemprego desapareceria da face da terra e seriam vencidas de uma só vez todas as crises cíclicas do capitalismo que finalmente chegaria à perfeição da expansão constante sem qualquer tipo de obstáculo, cenário que de fato ainda não se realizou. Neste sentido, se pode afirmar que o discurso neoliberal apontado por Gorz legitima a compreensão da subsunção da força viva de trabalho em capital fixo e a valorização da produção de si mesmo como fenômenos estritamente econômicos, ou como parte da mesma racionalidade econômica que vem orientando o modo capitalista da produção industrial de larga escala, tornando, assim, sua reprodução além de desejável, infinita e inevitável. Porém, com uma diferença, que se apresenta com ar de novidade, que se traduz na valorização do saber individual, da experiência própria, indicando uma tendência à liberdade e autonomia. No entanto, não passa de aparência porque na realidade o que se vê é um processo constante de adesão integral à racionalidade econômica daqueles aspectos da vida que sempre foram considerados fora do trabalho, que têm sido entendidos como separados da produção dos recursos necessários para a própria sobrevivência e que nunca foram economicamente apreciáveis, como, por exemplo, o aperfeiçoamento pessoal, os cuidados com a própria pessoa, os cuidados com a família, o contato com amigos e o lazer; ou atividades que coincidem com o que Negri e Hardt consideram trabalho de produção e manipulação de afetos. Portanto, passa a se discutir a própria existência no âmbito e com os critérios que se discute a produção de valor e acumulação de riqueza.

Ainda no campo do tratamento econômico a certos valores simbólicos, ou da compreensão da transformação do trabalho imaterial em capital fixo, ou melhor, capital fixo imaterial, vale comentar também o que diz André Gorz no seu segundo livro da trilogia sobre o tema - *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*

(2004)<sup>39</sup>. Gorz afirma que o trabalho que o discurso neoliberal busca abolir por completo da nova etapa do capitalismo é uma construção social e por essa razão pode ser abolido. E assim, no lugar do trabalho abolido se abriria espaço para uma “profusão de atividades auto-organizadas e autodeterminadas (...). Porém, tal liberação do trabalho e tal ampliação do espaço público não aconteceram (...)”. O discurso neoliberal que decreta o fim do trabalho no atual estágio do desenvolvimento capitalista em última instância pretende “subtrair o capital ao poder do político; conter as classes operárias rebeldes abolindo o trabalho” (Gorz, 2004, pág.12).

“O capitalismo desmaterializou em larga medida as principais forças produtivas: o trabalho e o capital fixo. A forma mais importante do capital fixo é doravante o saber estocado e instantaneamente disponível pelas tecnologias de informação, e a forma mais importante da força de trabalho é o intelecto. Entre o intelectual e o capital fixo – quer dizer, entre o saber vivo e o saber-máquina – a fronteira é hoje fluida” (Gorz, 2004, pág. 14).

Seria essa a vitória definitiva do capitalismo a todos os obstáculos atuais e futuros à sua constante reprodução e expansão?

As contradições provocadas pelos fenômenos descritos no parágrafo acima, que, ao mesmo tempo, decreta o fim do trabalho e desmaterializa as principais forças produtivas, sintetizado de certa forma por Gorz quando fala de um cenário de autonomia dentro da heteronomia que caracteriza a passagem para a empresa e o modo de produção pós-fordista, produzem uma nova forma de organização que requer do trabalhador o uso intenso de conhecimento e substitui o paradigma de organização fordista por redes interconectadas. Essas redes formam sistemas auto-organizados, descentrados, que aparentemente dão ao trabalhador espaço e liberdade no trabalho, e do trabalho através até mesmo de sua abolição. Por outro lado, os fenômenos acima descritos impõem ao trabalhador a sujeição máxima, “obrigando-os a cumprir por si mesmos a função patronal e o ‘imperativo de competitividade’, fazendo-os erigir o interesse da empresa acima inclusive de sua saúde e de sua vida” (Gorz, 2004, pág. 41). Não obstante o que se observa aqui é preciso considerar que a maneira pela qual esses processos se

<sup>39</sup> O título do segundo livro da trilogia é *Miseres du présent, Richesse du possible*, publicado por Éditions Galilée, Paris, 1997. A versão mencionada aqui é a edição brasileira, publicada pela Editora Annablume, São Paulo, 2004.

desenvolvem e as contradições se manifestam não são uniformes e nem podem ser entendidas de forma única e universal. Se fosse este o caso, estaria desfeita a grande contradição – trabalho x capital – ou ela teria sempre a mesma feição, independentemente do tempo e do lugar, hipótese que já se confirmou falsa. A compreensão e decisão sobre maior liberdade no trabalho e do trabalho de um lado, e sujeição máxima de outro lado, ou sobre o ambiente auto-organizado e descentrado ser criado com a finalidade de obter ao final a sujeição máxima, está definitivamente ligada ao contexto histórico, político e econômico, no qual “a totalidade ou uma parte dos princípios pós-fordistas são aplicados” (Gorz, 2004, pág. 42). De toda forma, se for para generalizar diz-se que a ruptura do modelo fordista se dá numa relação desfavorável aos assalariados, o que não impede que em alguns aspectos a mudança se apresente como “anúncio de uma possível reapropriação do trabalho pelos trabalhadores”. Dependendo da perspectiva de análise adotada há de se favorecer um ou outro aspecto da questão. No entanto, de acordo com a literatura que vem sendo discutida nesta seção, os dois aspectos estão presentes – desvantagem do trabalho em relação ao capital, com aparência e sintomas de maior liberdade do trabalho – especialmente no cenário neoliberal no qual os sindicatos, ou outras formas de representação coletiva dos assalariados, já foram devidamente derrotados como parte do processo de transformação da organização fordista, ou em outros termos, no processo de abolição do trabalho como solução final para o conflito entre trabalho e capital.

O contexto histórico, político e econômico que dá o tom do cenário integrante do quadro no qual se reúnem as variáveis e evidências relevantes para a elaboração de um conceito de trabalho imaterial que cumpra as finalidades determinadas neste capítulo leva a se pensar que o dilema a ser solucionado, e que coloca em cheque as ferramentas teóricas prevalecentes na análise do trabalho e suas transformações, pode ser resumido na luta entre, de um lado, a sujeição total, ou até mesmo a subsunção do trabalho em capital anulando por completo a participação humana no processo e, de outro, a

“iniciativa, a criatividade, a autonomia com as quais a pessoa deve implicar-se totalmente em seu trabalho de grupo (...). [O capital] pede aos trabalhadores que se ponham de acordo, que reflitam que prevejam que discutam o que fazem, que sejam os sujeitos autônomos da produção, mas que confinem, contudo, sua autonomia aos limites pré-definidos a serviço de finalidades pré-determinadas” (Gorz, 2004, pág. 50).

Esta é mesmo a contradição que havia sido prevista pelo autor em seu livro anterior já comentado quando fala de “autonomia no interior da heteronomia”. As capacidades hoje implicadas no trabalho dependem da autonomia do sujeito e, dessa forma, não podem ser comandadas, ou diretamente dominadas pelo capital. Tal dominação tem de se dar, portanto, de forma indireta através de um condicionamento que leva o sujeito a acreditar que deve escolher, ele mesmo, aquilo que o capital pretende lhe impor, deve se comportar ele mesmo como empreendedor, ou até como capital. Sendo assim, a batalha, ou a luta pela dominação se trava em outra esfera, através da informação, da linguagem, das idéias e crenças que integram o saber geral e são modelados pelo poder do capital, do mercado, da superestrutura política e jurídico-institucional e dos meios de comunicação. O que significa dizer, em outras palavras, que o antagonismo entre capital e trabalho ao fim das contas não será vencido, independentemente do esforço do discurso neoliberal criticado por Gorz. No entanto, mudará completamente de feição. O capital não pretende mais sujeitar o trabalho através do controle do espaço e do tempo da produção, mas sim através do controle do saber que domina totalmente a atividade humana produtiva, que atua sobre o pensar e o ser integralmente, tomando conta não mais do seu corpo, mas da sua alma e sua própria existência. A separação que se torna cada vez mais fluida e deixa mesmo de existir, é a do trabalho e da vida, voltando a ser tudo uma coisa só e restando decidir se tal fenômeno se dá em benefício do capital ou do trabalho – agora entendido como vida – e se a resposta a esta pergunta é relevante para o debate que foi prometido para os próximos capítulos, ou mesmo para a compreensão e a explicação de uma nova natureza do trabalho que produz subjetividades e assim tem força promotora de uma transformação social mais ampla.

### **Conclusão**

Em todas as perspectivas do debate acima apresentado depara-se com um argumento recorrente que parece mais uma armadilha a impedir que se encontre alternativa para o raciocínio que leva sempre ao mesmo ponto: não é possível definir o trabalho imaterial como força transformadora a partir da visão neoliberal porque nessa perspectiva o processo em andamento será sempre o resultado

natural do desenvolvimento tecnológico, especialmente da tecnologia de armazenamento e difusão de conhecimento aplicável contínua e intensamente à atividade produtiva, nem a partir da visão estruturalista porque conclui que a manutenção do conflito entre trabalho e capital e da distribuição cada vez mais desigual dos resultados da produção social é a prova de que a estrutura existente tende a se reproduzir indefinidamente e independentemente da natureza da atividade humana investida na produção social. Parece ser preciso fugir do argumento recorrente para avançar na síntese dos múltiplos aspectos ensejados na discussão sobre uma nova natureza do trabalho, ou, simplesmente, para chegar a um conceito de trabalho imaterial que possa ser operacionalizado nos próximos capítulos, tanto para demonstrar a insuficiência da teoria econômica que vem explicando, a partir das mais diversas perspectivas, a produção de valor e as questões a ela relacionadas, como para colocar luz naquilo que pode ameaçar a estrutura institucional que tem função instrumental na intensificação do movimento expansivo do capitalismo. Para tanto, é preciso abandonar a disputa entre o discurso ultra liberal e o ceticismo estruturalista e olhar para os aspectos do trabalho imaterial que precisam ser incorporados como novidade, como resultado de um determinado contexto histórico, político e social do qual faz parte, como força revolucionária, a nova natureza da atividade humana transformada radicalmente pelas novas tecnologias que ensejam o uso intenso de conhecimento e que transferem o poder de agência da força de trabalho (do fazer) para o saber geral acumulado.

Antonio Negri afirma que as análises sobre a questão do trabalho podem ser resumidas em duas grandes correntes. A primeira delas corresponderia àquela que tem sido identificada aqui como cética, ou presa à visão estrutural que reforça a divisão e o conflito entre capital e trabalho constitutivos da teoria e de uma determinada visão de mundo, como suficiente para fazer a síntese da totalidade das relações de produção, independentemente das circunstâncias e especificidades de cada tempo e lugar, e assim “não colocam em discussão o ‘papel’ fundamental do trabalho industrial e das suas formas de organização e subjetivação” (Negri, 2001, pág. 72). Para esta corrente, via de regra, e independentemente das circunstâncias tecnológicas ou da natureza da atividade humana, o trabalho busca sua libertação da empresa capitalista, mas para isso precisa manter a divisão e o conflito que é mesmo constitutivo da classe, ou seja, precisa se libertar da

empresa capitalista, mas não quer o fim dela e do controle que ela exerce; se deixa de existir o capitalista, deixa de existir simultaneamente o conflito que define a própria identidade do trabalhador e as relações de poder que determinam as finalidades, o conteúdo e forma do trabalho; deixa de existir a estrutura que determina a agência. Para a segunda corrente existe uma mudança significativa, que precisa ser detalhada, especialmente porque representa uma crise para o “valor trabalho”, um conceito que para alguns autores está presente no pensamento econômico desde a antiguidade. Em princípio, a questão observada do ponto de vista do confronto entre trabalho e capital – isto é, do ponto de vista da primeira corrente – explica que a empresa capitalista produz as inovações que viabilizam a produção de um volume crescente de riqueza a partir do emprego de um volume decrescente de trabalho. Ao mesmo tempo, do ponto de vista do trabalho, para um número cada vez maior de pessoas o trabalho que produz valor econômico deixa de ser o lugar da realização pessoal<sup>40</sup> (Negri, 2001). Por mais que o capital queira sujeitar toda a produção humana, e ainda que a produção de si mesmo tenha valor de uso para o capital, o trabalho mantém como território livre o espaço de renovação e transformação de si mesmo, especialmente quando o poder de agência se transfere para o saber. Essa afirmação reforça outra anterior sobre a literatura que discute o trabalho imaterial como uma nova natureza do trabalho, promotora de transformações sociais mais amplas, alegar que o objeto de estudo da economia política deve deixar de ser os antagonismos entre trabalhadores e patrões e se transferir para os processos autônomos de construção

---

<sup>40</sup> A idéia do trabalho como realização pessoal, com o sentido adotado nesta frase, se desenvolve em oposição a idéia de trabalho compulsório, necessário para a própria sobrevivência e para a manutenção do sistema produtivo em andamento. Alessandro Roncaglia (*The Wealth of Ideas, a History of Economic Thought*, Cambridge, 2006) comenta que desde a Bíblia discute-se o valor do trabalho para a sobrevivência da espécie e se estabelece uma diferença entre “trabalho compulsório” que responde à necessidade de sobrevivência, e o “trabalho como auto-realização” que demonstra o bom comportamento, em conformidade com as leis divinas. O autor afirma que até Marx os dois aspectos, ou funções do trabalho se manifestam independentemente na literatura, inclusive na obra dos filósofos gregos, e não em oposição uma à outra, nem como se fossem mutuamente excludentes. Em Marx os dois aspectos se colocam em oposição, disputa vencida no comunismo pelo trabalho como uma atividade exclusivamente de auto-realização pessoal. Posteriormente, outras escolas do pensamento econômico se opõem à visão marxista ao manter como relevante, para a análise e para criação de modelos econômicos, apenas o aspecto negativo traduzido na idéia de trabalho compulsório realizado somente em função da necessidade de sobrevivência. O trabalho de realização pessoal é, portanto, positivo no sentido de agregar à produção social, enquanto o trabalho compulsório é negativo uma vez que visa retirar da produção social os recursos necessários para a sobrevivência individual. Volta-se a este tema no próximo capítulo sobre teoria do valor e sua aplicação e validade relativamente ao trabalho imaterial (com seus aspectos negativos e positivos).

de subjetividades livres das referências de classe e de organização independente dos trabalhadores.

A visão ultra liberal promove a idéia de que o trabalho imaterial representa o fim do trabalho. Tal idéia é falsa e pode ser facilmente desmontada. Qualquer argumento que se fundamenta nesta idéia só se aplica ao trabalho na forma como entendido no período da produção industrial de larga escala, trabalho assalariado e disciplinado no tempo e no espaço.

“O trabalho que desaparece é o trabalho abstrato, o trabalho em si, mensurável, quantificável, separável da pessoa que o ‘fornece’, suscetível de ser comprado e vendido no ‘mercado de trabalho’, em suma, o trabalho mercadejável, o trabalho mercadoria, inventado e imposto pela força e com muita dificuldade pelo capitalismo manufatureiro a partir do fim do século XVIII” (Gorz, 2004, pág.67).

Por outro lado, a abolição do trabalho pode ser entendida também como o reflexo da transformação da força de trabalho, ou capital variável, em capital fixo imaterial, gerada pelos processos que foram analisados nesta seção, especialmente a aceleração do tempo e a compressão do espaço provocadas pela inovação tecnológica, que, por sua vez, não decorre de nenhum processo natural, mas sim da necessidade e do desejo do capital de reproduzir infinitamente os meios e a estrutura de relações do modo de produção e acumulação capitalista. Conforme explica Gorz,

“o capital fixo imaterial é utilizado num plano inteiramente diferente: ele funciona como um meio de produzir consumidores. Dizendo de outro modo, funciona para produzir desejos e vontades de imagens de si e dos estilos de vida que, adotados e interiorizados pelos indivíduos, transformam-nos nessa nova espécie de consumidores que ‘não necessitam daquilo que desejam e não desejam aquilo de que necessitam’ (Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág. 48).

No atual estágio do desenvolvimento capitalista o trabalho imaterial tende a se tornar predominante e representa a realização do desejo do trabalho insuflado pelo progresso da ciência e da linguagem de se libertar definitivamente do capital. Ao mesmo tempo, o capital luta para se manter e se expandir e assim, penetra nas relações que antes lhe escapavam usando o próprio termo indiscriminadamente. Assim o conhecimento passa a ser considerado uma das novas formas de capital. Essa nova forma do capital difere basicamente do capital na visão economicista, ou dentro da racionalidade que viabilizou o processo de acumulação que culminou

na organização da grande indústria de produção em larga escala. Na sociedade do conhecimento, essa nova forma de capital não se torna obrigatoriamente objeto de propriedade por que não é

“originalmente acumulada para servir de meio de produção, mas para satisfazer a necessidade, a paixão de conhecer, ou seja, para penetrar a verdade do que está além das aparências e das utilizações. Ela não resulta do sobrevalor tirado da exploração do trabalho; ela é riqueza e fonte de riqueza mesmo quando dela não nasce nada que possa ser vendido. Ela não pode aumentar ao circular sob a forma de valor, ao contrário: é ao se difundir como bem acessível a todos que ela engendra conhecimentos suplementares” (Gorz, 2005, pág. 53).

Ao fim das contas, essa nova forma de capital, nada mais é do que o produto do trabalho imaterial, ou o trabalho imaterial propriamente dito, o que significa acabar definitivamente com a separação e o conflito entre trabalho e capital, não porque existe a sujeição total de um pelo outro, mas porque se confundem: o trabalho (fazer) e o conhecimento (saber) cada vez mais complexo e individualizado que produz capital fixo imaterial, mas não obrigatoriamente propriedade para o capitalista. Por isso, Lazzaratto e Negri, no artigo que foi considerado aqui como marco na literatura sobre trabalho imaterial<sup>41</sup>, afirmam que quando o trabalho imaterial, a partir da constituição de uma intelectualidade de massa (*General Intellect*), se torna hegemônico a relação entre trabalho e capital deixa de ser dialética para ser alternativa, por ser constituinte de uma nova ordem social, diferente daquela resultante do antagonismo tradicional entre trabalho e capital.

Nesta nova ordem social “as forças e as capacidades humanas deixam de ser meios de produzir riqueza; elas são a riqueza, ela mesma” (Gorz, *O Imaterial*, pág.62). O trabalho imaterial produz uma nova ordem social na qual atuam recursos de poder de outra natureza; um poder difuso que atua através de relações sociais de constituição de identidades, subjetividades e sistemas de significados e sentidos; poder de orientar a atividade social em determinada direção, de definir a legitimidade e o valor do conhecimento que passou a ser agente das transformações, que deixou de ser apenas saber para satisfazer efetivamente as necessidades que movimentam o fazer. O poder produtivo do trabalho imaterial se opõe ao poder institucional e ao poder compulsório ou relacional que se

---

<sup>41</sup> Ver nota número 28 acima.

manifestam nos foros internacionais, nas formas tradicionalmente conhecidas e estudadas pela Economia Política Internacional. O trabalho imaterial produz uma nova natureza de poder que se opõe ao poder estrutural da elite capitalista cuja existência é alternativa e não mais contrária ao trabalho. Enquanto são contrárias se enfrentam, quando são alternativas se excluem. Esta oposição oferecida pelo poder produtivo do trabalho imaterial provoca novos questionamentos a respeito de ser inevitável o fortalecimento do poder estrutural da elite capitalista ou, ao contrário, ser inevitável a reconstrução do poder estrutural de forma mais inclusiva, permissiva e igualitária, processo que obrigatoriamente envolve a construção de relações de solidariedade que poderão mitigar diferenças sociais tão profundas que foram apontadas nesta seção, assim como em todo este primeiro capítulo. Relações de solidariedade que produzirão uma nova estrutura de distribuição dos resultados do trabalho imaterial e dos recursos de poder por ele produzidos.